

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO AMARAL SOARES DA SILVA

As Cartas ao Amigo Ausente de José Maria da Silva Paranhos: da política de
neutralidade imperial à intervenção no Rio da Prata (1850-1851)

São Paulo
2022

GUSTAVO AMARAL SOARES DA SILVA

As Cartas ao Amigo Ausente de José Maria da Silva Paranhos: da política de neutralidade imperial à intervenção no Rio da Prata (1850-1851)

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social sob a orientação do(a) Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho.

São Paulo

2022

Banca Examinadora

A todos aqueles que passaram por esse trágico momento de
pandemia.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

Número do processo: 88887.473778/2020-00

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

Case number: 88887.473778/2020-00

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa da dimensão de um mestrado em História Social nesta tão prestigiada instituição em um período de pandemia, repleto de dificuldades e incertezas, foi mais que desafiador, se tornou um processo de superação. A trajetória durante esses dois anos teve percalços que dificultaram manter o foco e uma rotina de estudos desejável. Equilibrar um processo de pesquisa com o emprego, a internação de familiares em função do coronavírus, o isolamento social, a mudança repentina de casa, as medidas restritivas impostas a arquivos e bibliotecas e uma série de outros fatores não foi tarefa fácil. Portanto, concluir uma pesquisa e ver um sonho almejado se desde a graduação em História se concretizando, é motivo dos mais sinceros agradecimentos a quem tornou tudo isso possível.

Em primeiro lugar gostaria agradecer àqueles que nas horas mais difíceis estiveram mais próximos, acompanhando todo o processo que resultou nessa pesquisa. Meus pais, Jorge e Angelita, que desde a minha opção por fazer História nunca me questionaram e sempre me apoiaram, fazendo tudo que estava ao alcance para realizar essa etapa. Nesse quesito, também devo mencionar meus queridos avós, Jorge e Maria, que igualmente forneceram apoio em diversas ocasiões.

Um obrigado imenso e cheio de carinho às três mulheres com quem divido a vida nesses três últimos anos: minha companheira Adriana, minha sogra Nice e minha cunhada Priscila. Passamos por inúmeros problemas nessa pandemia, mas sempre servimos de suporte um para outro. Elas foram que mais me acompanharam do início ao fim da pesquisa. Não poderia deixar de estender esse agradecimento também a família da Adriana que tanto estimo.

Ao meu orientador, o professor Amilcar Torrão Filho, que mesmo com a distância imposta pela pandemia, compreendeu minha situação e sempre me apoiou, bem orientou e aconselhou nas horas necessárias. Nossas conversas sempre ajudaram no encaminhamento da pesquisa.

Também não posso deixar contemplar um grande amigo e colega de mestrado, Jhonatan, pelas incontáveis horas de apoio, trocas de informações, discussões, conselhos e apoio mútuo. Bem como os amigos do podcast Resenha Histórica: Lucas, Gabriel Simão, Marina, Gabriel Rossini, Gustavo e Luciano. Aos meus outros grandes amigos e companheiros de muitos anos: Matheus Perciani, João Armando, Guilherme Ivanof e Humberto Ferrari.

A todos(as) os(as) professores(as) do Departamento de História da PUC-SP que me proporcionaram a melhor formação possível e que não medem esforços para oferecerem um ensino de qualidade. Em especial para aqueles que me acompanharam mais de perto como Antonio Rago Filho, Alberto Luiz Schneider, Carlos Gustavo, Yvone Avelino, Vera Lúcia Vieira e Amailton Azevedo.

A todos(as) que nessa pandemia sofreram pelos mais diversos motivos.

Por fim, a PUC-SP pela formação que me proporcionou e pela prorrogação de prazo concedida, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. E a CAPES pela concessão da bolsa, que viabilizou a pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o estudo as *Cartas ao Amigo Ausente* de José Maria da Silva Paranhos, escritas ao *Jornal do Commercio* (RJ) nos anos de 1850 e 1851. Por meio delas pretende-se compreender as relações entre o Império do Brasil, a Confederação Argentina e a Banda Oriental do Uruguai neste período. São questões importantes a compreensão e relevância da atuação de Paranhos na imprensa, quais foram os principais motivos que levaram estes Estados em formação a um estado beligerante que culminou com a intervenção do Império do Brasil contra Juan Manuel de Rosas e Manuel Oribe. Permeiam este conflito a demarcação de fronteiras, limites e navegação, assim como as narrativas e tramas construídas justificar a posse de determinado território. São raros na historiografia os estudos sobre o período e sobre a obra de Paranhos, o que justifica este trabalho.

Palavras-chave: Paranhos, Rio da Prata, *Jornal do Commercio*, *Cartas ao Amigo Ausente*.

ABSTRACT

The presente research has as its the study of the Cartas ao Amigo Ausente of José Maria da Silva Paranhos, written to Jornal do Commercio (RJ) in the Years 1850 and 1851. Throught them we intend to understand the relations between the Empire of Brazil, the Argentine Confederation and Banda Oriental of Uruguay in this period. Important questions are the understanding and relevance of Paranho's permormance in the press, which were the main reasons that led these states in formation to a belligerent state that culminated in the intervention of the Empire of Brasil Against Juan Manuel de Rosas and Manuel Oribe. This conflict is permeated by the demarcation of borders, limits and navigation, as well as the narratives and plots built to justify the possession of certain territory. Studies on the period and the work of Paranhos are rare in historiography, which justifies this work.

Keyword: Paranhos, Rio da Prata, Jornal do Commercio, Cartas ao Amigo Ausente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. FORMAÇÃO DE PARANHOS: INÍCIO NA POLÍTICA E IMPRENSA	17
1.1 FORMAÇÃO E INSERÇÃO NA POLÍTICA IMPERIAL	18
1.2 <i>Imprensa</i>	22
2 PARANHOS E SEUS CONTEMPORÂNEOS	29
2.1 A MEMÓRIA SOBRE PARANHOS	29
3. PARANHOS E O RIO DA PRATA	38
3.1 A importância do território: uso da legitimação	38
3.2 Focos de tensão: Uruguai e Paraguai	50
3.3 Em busca de alianças	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	70

INTRODUÇÃO

Em um primeiro contato com o nome de José Maria da Silva Paranhos pode-se ter algumas sensações: talvez um certo estranhamento para o leitor menos familiarizado com o recorte histórico escolhido ou de surpresa pela escolha dentre tantas outras possibilidades que este Brasil da segunda metade do século XIX proporciona. Aos pesquisadores que se dedicam a compreender o novecentos brasileiro soa mais familiar nomes como Paulino, Honório Hermeto, Eusébio de Queiroz, Rodrigues Torres, Nabuco de Araújo, dentre tantos outros. De fato, são sensações possíveis e compreensíveis ao leitor dessa pesquisa. Por essa razão, cabe fazer um pequeno retrospecto para se fazer compreender os motivos para o empreendimento desse estudo e o caminho que levou a Paranhos.

Em sua obra *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, o historiador Francisco Doratioto relatou que em fevereiro de 1869 “o chanceler brasileiro José Maria da Silva Paranhos partiu para o Paraguai com a missão de estabelecer no país um governo provisório, com o qual se pudesse assinar a paz, pois, ocupada Assunção, acreditava-se que a guerra estava por terminar”¹. Eram os momentos finais da Guerra do Paraguai, iniciada em 1864 e que a essa altura não havia terminado, mas a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai já tinha logrado êxito em ocupar a capital Assunção e o presidente paraguaio, Solano López já se encontrava em posição delicada militarmente e seria morto pelas tropas aliadas no ano seguinte. Com cerca de seus cinquenta anos e com bagagem prévia em missões no Rio da Prata, Paranhos fora enviado e investido da função de agente diplomático do governo brasileiro para estabelecer um governo provisório no Paraguai e selar a paz com o iminente fim do conflito. A missão para que foi enviado se mostrava complexa por algumas razões. No Brasil retornava ao poder o Partido Conservador em 1868, que buscou imprimir sua linha diplomática no Rio da Prata, e essa linha consistia em fortalecer as independências de Uruguai e Paraguai e, no mesmo sentido, conter a influência argentina sobre essas duas nações. Já na Argentina, no mesmo ano terminara o mandato de Bartolomé Mitre², substituído por Domingo Faustino Sarmiento, que

¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 420.

² Bartolomé Mitre foi presidente da Argentina entre 1862 e 1868, portanto, assumiu o mandato antes do início da guerra. Segundo o que consta em Doratioto (2002), foi sob o mandato de Mitre que a cooperação entre Brasil e Argentina ganhou contornos concretos, após um período de tensão que se

segundo Doratioto (2002), era resistente a aliança com o Brasil e nutria desconfianças sobre possíveis planos do Império para tornar-se potência no Prata à custa dos seus vizinhos³.

A insistência na instalação de um governo provisório no Paraguai, mesmo com Solano López ainda vivo, significava dar continuidade a existência do país enquanto nação independente. Especulações de um novo governo já começaram a aparecer no Conselho de Estado ainda em 1867, como pode-se observar no discurso do Visconde de São Vicente:

Uma das bases do Tratado preliminar é a convocação desde logo do Congresso Paraguaio para estabelecer-se o Governo que tem de sancionar o tratado definitivo de paz. Esta base talvez deva ser reconsiderada, ou possa ser omitida, para que o Ministro brasileiro exija isso, ou contente-se com o Governo provisório, que for organizado, conforme o seu pessoal, e garantia que oferecer ao Brasil. Em todo caso entendo que desde que o exército brasileiro ocupar a capital da Assunção, convirá que ali se apresente a nossa Legação com um pessoal, antes numeroso, que acanhado, pessoal que procure relacionar-se com as melhores famílias, e que tenha alguns meios de ação para criar influência sobre esse governo ou membro do Congresso. (...) O fim ostensivo será de manter o sossego, comprar viveres etc. Não basta prover quanto seria prejudicial a preponderância do elemento argentino, é de mais necessário empregar esses e outros meios para evitar esse resultado, e também para reconhecer o país. (CONSELHO DE ESTADO, 1867, 17).

Por meio do estímulo feito por Paranhos, explica Doratioto, os cidadãos paraguaios de Assunção solicitaram aos países aliados a formação deste governo provisório. Mas, para tal fim, foi necessária a difícil concordância do chanceler argentino⁴. Ainda assim, Paranhos teve que passar por mais alguns obstáculos. Com o vazio deixado pela ausência de Solano López, exilados paraguaios pertencentes ao grupo intitulado *Legión Paraguaya*⁵ regressaram a Assunção para ocupar o poder, solicitando que o comandante das forças argentinas, o general Gelly e Obes, filho de

iniciou com a invasão do Uruguai em 1863 por um caudilho colorado de nome Venancio Flores, cujo desenrolar não cabe destacar nesse momento. Cf. pp. 46-58.

³ Cf. Doratioto, 2002, p. 419-420.

⁴ Idem.

⁵ A *Legión Paraguaya* foi uma unidade militar formada na Argentina enquanto ocorria a Guerra do Paraguai e era composta por exilados paraguaios e oponentes de Solano López.

paraguaio, fosse nomeado presidente do país, o que fez Paranhos suspeitar que a *Legión* estava sob influência argentina e, portanto, ia contra as pretensões do governo brasileiro⁶.

Em janeiro de 1869, reuniram-se cerca de trinta e dois cidadãos paraguaios e encaminharam a petição aos aliados visando a formação do almejado governo provisório. Entretanto, não demorou para que se formassem dois grupos para disputar o poder do futuro governo. De um lado um grupo político era liderado por Juan Francisco Decoud e o outro fora encabeçado por Cândido Barreto, que era primo de Solano López e aglutinava em torno de si as forças ligadas ao antigo líder paraguaio. Paranhos se reuniu com os cidadãos paraguaios presentes e expressou o desejo do governo brasileiro pela instalação do governo provisório e a aceitação do Tratado de 1º de maio de 1865⁷, que por sua vez encontrou aceitação no grupo de Barreto e certa resistência pelo grupo de Decoud. Sob a indecisão e não acordo entre as facções rivais, Paranhos os comunica que era necessária uma comissão com dois cidadãos de cada grupo político para negociar com os governos da Tríplice Aliança e, de modo a acelerar o processo de decisão, anuncia que haveria a possibilidade de instalação de um governo militar em Assunção. Doratioto interpreta o ato como uma “pseudo-ameaça”, uma cartada utilizada por Paranhos para acelerar o processo de constituição do governo paraguaio, dificultar o aumento da influência da Argentina sob o Paraguai, mas que seria impossível de concretizar um governo militar exclusivamente brasileiro. Ainda assim, fiquemos com a atitude destacada de Paranhos por hora⁸.

Para o governo brasileiro eram primordiais os tratados definitivos de paz, a resolução dos limites de fronteira, uma definição da dívida de guerra que seria assumida pelo novo governo paraguaio e a garantia de independência daquele país. A missão estava sob a responsabilidade de Paranhos, que em abril de 1869 escrevera que “vamos levantando as dificuldades pouco a pouco”⁹. Além das dificuldades já encontradas em solo estrangeiro, a atuação como agente diplomático suscitava críticas da oposição liberal no Brasil. Segundo Doratioto, Paranhos acreditava que os

⁶ Ibid., p. 422.

⁸ Cf. Doratioto, 2002, p. 423.

⁹ Apud Doratioto, op. cit., p. 426.

liberais só poderiam atingir os conservadores, que acabavam de chegar ao poder, por meio de sua atuação no Paraguai¹⁰.

Em junho, os representantes da aliança chegaram a um acordo e assinaram dois protocolos. Um estabelecia que o governo provisório seria composto por três membros a serem escolhidos pelos paraguaios. O outro protocolo determinava que o governo provisório escolhido não poderia, sob nenhuma hipótese, tratar de qualquer assunto com Solano López, tampouco com outro indivíduo que tivesse ligação com o ex-presidente. Houve ainda um embate, no primeiro protocolo, onde o diplomata argentino tentou estabelecer no texto, que o novo governo cooperasse totalmente com países aliados até o final da guerra. Indo na contramão do que o governo brasileiro projetava para o Paraguai, Doratioto revela que Paranhos frustrou a iniciativa ao acrescentar que “sem deixar de ter plena liberdade no exercício da soberania nacional” o governo provisório cooperaria somente “no referente à guerra”¹¹. Definidos os termos, Paranhos seguiu os trabalhos para a organização do governo provisório, nos moldes que o governo brasileiro desejava, tendo que anular a *Legión* por seu vínculo com a Argentina e políticos e militares brasileiros que se beneficiavam comercialmente da desordem em Assunção.

Após todo esse processo cheio de dificuldades e reveses, descrito de maneira sucinta, o triunvirato foi escolhido e era composto Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Juan Francisco Decoud. Segundo Doratioto, o último nome sofrera com o veto de Paranhos, que sabendo que o filho de Decoud escrevia artigos considerados antibrasileiros na imprensa de Corrientes, não permitiu que assumisse uma das vagas no governo provisório.

Nas palavras de Doratioto, nessa tarefa “foi decisiva sua atuação, o maior especialista brasileiro da época em assuntos platinos, pois teve que enfrentar não só a resistência argentina, como ainda as críticas da oposição brasileira” (DORATIOTO, 2002, 426), que procurava de todos os modos dificultar a ação do agente brasileiro em terras guaranis. A avaliação de Doratioto e o relato da atuação de Paranhos no

¹⁰ O senador Silveira Lobo questionou “com que povo” seria organizado o governo provisório em Assunção, argumentando que havia poucos paraguaios na capital. Já o senador Silveira da Motta, em agosto do mesmo ano, afirmou diante do Senado que ao não poder negociar com Solano López, Paranhos tratava “de organizar uma fantasmagoria de governo que se prestaria a propor a paz e aceitar quaisquer condições”. Apud Doratioto, op. cit., p. 427.

¹¹ Idem.

Paraguai foram determinantes para se chegar até a presente pesquisa. De fato, sua atuação como agente diplomático era guiada pela cartilha do Partido Conservador que já possuía uma maneira de lidar com a região do Rio da Prata, mas o modo como colocou em prática as pretensões do governo brasileiro foram importantes para o êxito em formar um governo provisório. Essa missão vai fazer com que o imperador D. Pedro II lhe dê o título de Visconde do Rio Branco¹².

A impressão deixada pela atuação enquanto enviado diplomático no Paraguai foi seguida por um levantamento da carreira de Paranhos e a constatação de que preencheria os cargos de mais alta responsabilidade dentro do Estado brasileiro. Ocupou por três vezes o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1855-1857/1858-1859/1868-1870), foi também Ministro da Fazenda em outras duas oportunidades (1861-1862/1871-1875) e por fim, em alta idade, foi Presidente do Conselho de Ministros (1871-1875), cargo que analogamente equivaleria as funções de primeiro-ministro do Império do Brasil, com a importante constatação de que seu gabinete fora o de maior duração da história. Ainda vale citar que iniciou sua carreira sendo enviado a uma missão diplomática no Rio da Prata como secretário de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) em 1851 e mais a frente, assim como fora enviado para o Paraguai, cumpriu a função de agente diplomático do governo brasileiro na Guerra do Uruguai de 1864. Vale ressaltar que a Lei do Ventre Livre de 1871 fora aprovada no período em que presidia o Conselho de Ministros e, na época, ganhou o nome de Lei Rio Branco em homenagem a Paranhos.

Acreditava-se que um personagem histórico com uma carreira de muitos anos servindo ao Estado brasileiro, com participações de protagonista em episódios marcantes, como o mencionado no Paraguai, fosse contemplado com alguns estudos acadêmicos e algumas biografias. Entretanto, essa não é a realidade. Até o momento foram localizados alguns estudos pontuais sobre sua atuação e seu pensamento e biografias que foram escritas em períodos esparsos, sendo as últimas edições encontrada em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990. São quatro as biografias encontradas desde o final do século XIX e ao longo de todo o século XX. A

¹² Na historiografia é comum que se refiram pelo título que foi agraciado, portanto, como Rio Branco. Nessa pesquisa vamos utilizar o sobrenome Paranhos para evitar equívocos ou confusões. Há um motivo para essa decisão: o filho José Maria da Silva Paranhos Júnior se tornou Barão do Rio Branco e ficou conhecido por Rio Branco, consagrou-se, no período republicano, diplomata como o pai. Portanto, para diferenciá-los, cabe essa observação.

primeira foi escrita pouco tempo após a morte de Paranhos, intitulada *O Visconde do Rio Branco: glória do Brasil e da humanidade* de autoria do Visconde de Taunay¹³. Ainda no século XIX foi escrita a obra *Apontamentos para a história – O Visconde do Rio Branco* de Luiz D'Alvarenga Peixoto. As demais foram redigidas no século XX e com caráter de menos exaltação¹⁴.

¹³ Taunay serviu no Paraguai e construiu uma relação de amizade com Paranhos desde que se conheceram em terras guaranis. A biografia foi escrita como uma homenagem ao amigo e as edições dos anos 1930 contam com um prefácio do célebre historiador Affonso de E. Taunay, que tinha relação de parentesco com o Visconde de Taunay.

CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO DE PARANHOS: INÍCIO NA POLÍTICA E IMPRENSA

Tentar compreender a história de uma época por meio da atuação de um indivíduo pode ainda não ser consenso historiográfico e se faz uma tarefa desafiadora. Esse modo de se fazer história vêm ganhando um novo fôlego recentemente, mas passou por um período de grande desconfiança, desinteresse e ostracismo. Ao longo de boa parte do século XX foi vista como “um gênero velhusco, convencional e ultrapassado por uma geração devotada a abordagens quantitativas e economicistas.”¹⁵

É bem verdade que não sem motivo houve uma minimização da história política, diplomática, militar e eclesiástica produzida até os séculos XIX e XX. As biografias e a história do novecentos tiveram um papel relevante na construção das nações, consagrando heróis e chefes de Estado, contribuindo para criar “um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc.”¹⁶ Essa concepção seria ainda retomada pela escola positivista. É válido ressaltar que nessa época biografia e história se associavam sendo difícil diferenciá-las. A história concentrou-se, de maneira dominante, como uma narrativa dos grandes feitos e de grandes homens¹⁷.

Com a Nova História, que nasceu com os *Annales* na década de 1960, os historiadores optaram por privilegiar o fato social total, em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais. O próprio recorte temporal foi repensado a partir da contribuição de Fernand Braudel, ao invés do tempo curto de uma vida, foi ganhando espaço uma história mais centrada na média e longa duração. Ainda no século XX, os marxistas e o foco nas classes sociais e os estruturalistas e o foco nas explicações históricas a partir das estruturas, afastaram a possibilidade de se fazer história a partir dos indivíduos.

Contudo, com o passar dos anos, na segunda metade do século passado o panorama começou a mudar. O historiador e um dos fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre, foi um dos responsáveis por recolocar o indivíduo na história. Ao fazer as

¹⁵ PRIORE, Mary. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n.19, jul-dez 2009, p. 7-16.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

biografias de Lutero e Rabelais, instaurou uma forma de se fazer história onde, por meio dos indivíduos, poderia se ter informações da coletividade em um determinado período. Ao invés da exaltação e da sacralização dos indivíduos, ausente de problemas, os historiadores passaram entender nos sujeitos singulares como receptáculos de correntes de pensamento, sendo suas vidas mais palpáveis para compreender a história mais geral. Igualmente, Le Goff contribuiu de maneira significativa para a questão ao fazer estudos sobre a vida de São Francisco de Assis e de São Luiz Rei da França, trazendo a ideia de “história-problema” para as biografias.

A partir dos anos 1980, a partir da aparição da Micro-história e de historiadores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi e sua despreocupação com contextos mais amplos e o foco em indivíduos anônimos foi um marco significativo para a mudança na relação entre os indivíduos e a história. Basta recordar que centralidade de *O queijo e os vermes*, de Ginzburg, está nos processos do moleiro Menocchio e chegou a diversas descobertas sobre a cultura popular daquele tempo.

Talvez sem essas contribuições anteriores, não seria possível pensar esse estudo. Dessa maneira, essa pesquisa pretende assinalar que busca por meio dos registros deixados por José Maria da Silva Paranhos em suas *Cartas ao Amigo Ausente*, compreender correntes de pensamento, tensões sociais, enfim as principais questões da coletividade e da sociedade nos anos 1850 e 1851 no que se refere a questão dos Estados em formação no Rio da Prata. De modo que tentaremos trazer as principais inquietações e observações de Paranhos como o problema de uma época e de uma coletividade de indivíduos.

1.1 FORMAÇÃO E INSERÇÃO NA POLÍTICA IMPERIAL

José Maria da Silva Paranhos nasceu em Salvador, em 16 de março de 1819, poucos anos antes da independência do Brasil em relação a Portugal. Seu pai era Agostinho da Silva Paranhos, um negociante e atacadista de tecidos português e a mãe fora Josefa Emerenciana Barreiros. Ainda na juventude fica órfão de pai e, juntamente com mãe, Paranhos cresce sob instabilidade e problemas financeiros. A herança que receberia dos negócios do pai é disputada pelo tio, irmão de Agostinho e sócio. Além do sentimento de injustiça, Paranhos certamente lembra que a condição financeira instável dificultou sua formação, concluído os estudos apenas com o auxílio

do tio materno Eusébio Gomes Barreiro¹⁸. Em certa altura da vida, Paranhos teria relatado o início de vida e formação:

Meu pai, por ocasião da entrada das forças portuguesas na cidade da Bahia perdeu grandes cabedais. Assim mesmo quando morreu, deixou fortuna a sua família, mas disputada por poderoso irmão, que se considerava seu sócio e credor. Nasci no berço da grandeza, mas ainda jovem, a fortuna herdada por minha mãe D. Josepha Emerenciana Barreiro e seus filhos, meus irmãos, passara para outras mãos e em grande parte se consumira também por efeito das injustiças e despesas daquele pleito. Foi então que começaram as circunstâncias difíceis, sendo eu ainda estudante de preparatórios; conclui-os com meus poucos recursos que nos restavam e com o auxílio do meu tio Gomes Barreiro. (PARANHOS apud TAUNAY, 1930, 42)

Segundo apontam os relatos dos seus biógrafos, os ascendentes de Paranhos se posicionaram contra o processo de independência. Seu pai acumulara um patrimônio considerável em sua atividade como atacadista de tecidos e se posicionava contra a independência, segundo as diversas interpretações, por certo sentimento lusitano – ainda que esse termo seja vago e impreciso – e pelas questões comerciais, que mudariam drasticamente após a derrota portuguesa e o estabelecimento de um monopólio brasileiro do comércio exterior. Sabe-se ainda que Agostinho teria contribuído com a administração do Conde de Arcos na Bahia, sendo esse único caso em que encontramos algum familiar envolvido com a vida pública, ainda que não de maneira direta.

Embora as biografias de Paranhos retratem pouco sua relação com a mãe, ou ainda, deem poucos detalhes sobre ela, é da parte materna que veio a ajuda necessária para sua formação. O auxílio prestado pelo tio materno, Eusébio Gomes Barreiro, se deu no sentido de proporcionar uma carreira e estudos a Paranhos. Assim como o tio que àquela altura da vida era graduado coronel de engenheiros, Paranhos segue a carreira militar e concluindo os estudos preparatórios, deixa a Bahia com destino ao Rio de Janeiro para iniciar os estudos na Academia de Marinha em 1836

Cf. TAUNAY, Visconde de. **O Visconde do Rio Branco**. São Paulo: Melhoramentos, 1927; VIEIRA, Hermes. *A Vida e a Época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991; BESOUCHET, Lidia. **José Maria da Silva Paranhos: Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

e, em seguida, após o término do curso, inscreve-se na Academia Militar e, posteriormente, se graduou engenheiro na Escola Militar.

Essa passagem é bastante significativa no processo de formação de Paranhos e era um dos meios mais acessíveis para subir degraus na sociedade imperial. Segundo Carvalho (2019) as pessoas com recursos mais modestos tinham como alternativa a carreira eclesiástica, a Politécnica e a Escola de Minas para uma carreira técnica e a Escola Militar para seguir carreira no exército. Em casos como a Escola de Minas dava-se bolsa aos alunos com condições financeiras mais precárias e a Escola Militar pagava um pequeno soldo aos estudantes. O ingresso nessas instituições além de propiciar uma formação além dos estudos básicos, se tornavam um meio desses estudantes ganharem alguma renda para se manterem ou ajudarem suas famílias sem que, para isso, precisassem abandonar os estudos. Paranhos segue a via militar e se gradua engenheiro, depois se tornando professor.

A formação de Paranhos destoa daquela que, segundo José Murilo de Carvalho, conferiu um elemento poderoso de unificação ideológica¹⁹. Os filhos de famílias com melhores condições financeiras geralmente iniciavam sua formação com tutores particulares, passando por algum liceu ou pelo colégio D. Pedro II e se direcionavam a Europa para ingressarem em cursos de direito ou medicina, embora uma parte significativa dos políticos brasileiros tivessem em comum a formação em direito. A Universidade de Coimbra seria o destino mais comum para quem optava por essa carreira. Isso seria um fator de unificação para Carvalho por formar um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades e uma ideologia de certa maneira também homogênea²⁰. Após a conclusão dos estudos, uma parte significativa regressaria ao Brasil e assumiria cargos no Estado. Ainda que não seja cabível aprofundar essa tese e tampouco problematizá-la, é interessante notar que Paranhos chega à carreira pública por vias distintas.

É importante notar que se formar em direito na Universidade de Coimbra ou na Escola Militar tem um certo grau de relevância. Passados muitos anos, em 1850 a formação militar era vista com desconfiança como pode-se observar na fala do senador D. Manoel ao se referir ao presidente da província do Rio Grande do Norte:

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P. 65.

²⁰ CARVALHO, op. cit., 2019. P. 65.

Não neguei, posto que não seja juiz competente, que aquele presidente é um excelente professor da escola militar; confesso que tenho ouvido dizer que é um dos bons lentes dessa escola, que ensina muito bem cálculo. Mas concluir daqui que está por isso habilitado para administrar qualquer província do império, é uma proposição que me parece extraordinária, que não será fácil de demonstrar. Pois não vê o nobre senador... vê certamente, a imensa diferença que há entre os conhecimentos para bem reger uma cadeira de cálculo, e os conhecimentos variados que se requerem para bem se administrar uma província, principalmente naquelas províncias onde as luzes não abundam, onde falecem os recursos que se acham, por exemplo, na corte, em Pernambuco, na Bahia, etc., onde portanto um presidente tem necessidade de concentrar-se todo em si, de entregar-se a um estudo assíduo de todos os ramos da administração? V. Ex^a. Sabe perfeitamente que um presidente joga com todos os ramos da administração de que se compõem as seis pastas do império; por isso serei temerário em dizer que, no meu modo de pensar, é mais difícil hoje o cargo de presidente de província do que o de ministro de estado. O ministro tem todos os recursos à sua disposição; o presidente de província, principalmente de províncias pequenas, está entregue a sua pessoa, há de guiar-se pela sua cabeça, há de consultar muitas vezes os livros que lhe podem fornecer conhecimentos de administração. E é um homem tirado da escola militar, que nunca se deu a esses conhecimentos, o mais próprio para colocar-se à testa de uma província? Não se pergunte porém se só os magistrados é que estão habilitados para isso... O nobre senador como que entendeu que era essa a minha opinião. Não, nenhum homem de senso pode dizer tal. Eu não disse que aquele presidente, por não ser magistrado, não estava habilitado para exercer semelhante cargo, não podia avançar tal absurdo. (ANAI DO SENADO, 1850, 47).

É possível notar que o tipo de formação seria um elemento que daria a um aspirante aos cargos públicos o reconhecimento ou a desconfiança. Pelo discurso do senador D. Manoel, quem era formado na Escola Militar era visto como incapaz de administrar, sobretudo uma província, pois não tinha o conhecimento – ilustração em suas palavras – dos mais diversos saberes administrativos que o cargo exigia. De fato, o foco da formação militar era formar oficiais e engenheiros, esses últimos com intuito de atuar na construção estradas e pontes. O status só mudaria e os formados pela via militar só passariam a ser reconhecidos pela intelectualidade, quando é introduzido o positivismo na formação dos estudantes em 1850²¹. Entretanto, esse reconhecimento só viria décadas após a formação das primeiras turmas.

²¹ CARVALHO, op. cit., 76.

Portanto, não seria na sua formação como engenheiro e na atuação como docente que Paranhos iria conseguir chegar a lugares mais altos na hierarquia política, não pelo menos sem passar pela desconfiança. Era preciso procurar meios para se inserir na vida pública.

1.2 A IMPRENSA

A imprensa parecia ser a alternativa viável naquele momento para Paranhos ascender na carreira pública, já acumulara experiência desde quando escrevia para periódicos como *O Novo Tempo* e o *Correio Mercantil* nos anos 1840. Aliás seu modo de fazer jornalismo político nesses periódicos o credenciou para seu primeiro cargo público, como destacou Besouchet²². Paranhos é eleito para a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro presidida por Aureliano Coutinho e sua ascensão é rápida e em pouco tempo, chegando a ocupar os cargos de secretário provincial e vice-presidente da província. Após a eleição de Aureliano Coutinho para o Senado, interinamente Paranhos ocupou o cargo de presidente da província por um tempo, tendo apenas 26 anos. Em seguida, é eleito deputado representando o Rio de Janeiro, porém a conjuntura política dos anos seguintes ceifa a oportunidade de ascensão de Paranhos.

Com a eclosão da Rebelião Praieira, o Partido Liberal, do qual Paranhos era integrante e lá tinha seus mentores políticos, perdeu seu prestígio e influência com o imperador D. Pedro II e a instabilidade política provocada pela insurreição leva a dissolução da Câmara dos Deputados em abril de 1849. Foi a interrupção de uma carreira em ascensão. A oportunidade de escrever para o *Jornal do Commercio* marca uma nova chance e um recomeço, e ainda mais, uma alternativa para continuar emitindo opiniões sobre as questões mais sensíveis e relevantes da política nacional, se comunicando e sendo notado pelos homens que ocupavam assentos na Câmara e no Senado e dirigiam os rumos do Brasil junto ao imperador.

É importante notar a diferença entre o *Jornal do Commercio* para os outros periódicos em que Paranhos escrevera por alguns motivos pertinentes. Periódicos como *O Novo Tempo* eram explicitamente vinculados a grupos ou facções políticas e sua longevidade estava fortemente atrelada a duração das ideias que defendiam

²² BESOUCHET, op. cit., p 62.

dentro do cenário político, a permanência de seus idealizadores no Estado, até quando os recursos para custear a produção fossem suficientes ou mesmo quando a repressão chegasse. Não era a proposta de seus idealizadores apenas veicular notícias dos acontecimentos da política nacional, mas sim emitir opiniões e divulgar os ideais que fossem adeptos, bem como para criticar gabinetes e ministros da situação. Das quatro páginas constituintes d' *O Novo Tempo* todas eram preenchidas com análises conjunturais de seus colaboradores e quase nenhum espaço era destinado a anunciamentos ou qualquer tipo de notícia que não contivesse opinião. Sua função parecia se adequar mais a da agitação política do que informar seu público leitor dos últimos acontecimentos, embora esses sejam mencionados em meio as críticas. Como já mencionado, todos esses fatores garantiam pouca longevidade de publicações e *O Novo Tempo* encerrou suas publicações dentro de um período de dois anos apenas.

Diferentemente do modelo adotado pelos jornais ligados mais explicitamente a partidos políticos ou facções locais desses partidos – vale ressaltar que nem todos os periódicos tinham ligação com os partidos, como destacou Alain Youssef²³ – o *Jornal do Commercio* é fundado em 1827 seguindo um modelo mais informativo e, como já sugere o próprio nome, seu objetivo era informar sobre as movimentações comerciais, sobretudo no Rio de Janeiro. Sua fundação é uma iniciativa do francês Pierre Plancher. Além de Plancher estiveram envolvidos outros participantes e quanto a isso há uma discrepância de informações como sugerem os nomes listados por dois estudiosos da imprensa que trataram de pesquisar o *Jornal do Commercio*. Marco Morel relata que estiveram envolvidos o filho de Plancher, Emile, o médico francês Joseph Sigaud, os brasileiros Julio César Muzzi e Francisco de Paulo Brito, enquanto Nelson Werneck Sodré ainda acrescenta a coparticipação de Luís Sebastião Surigué²⁴. Estudioso sobre as transformações dos espaços públicos na cidade imperial, Morel resgata a informação de que Plancher, ainda em solo francês, trabalhara como tipógrafo desde 1798 até que dezessete anos mais tarde conseguiu fundar sua própria tipografia, o

²³ YOUSSEF, Alain E. **Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil** (Rio de Janeiro, 1822-1850). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paul. São Paulo, p. 300.

²⁴ Cf. SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

que atesta a experiência com o ramo das publicações, fazendo de Plancher não um aventureiro e sim alguém que acumulara uma rica experiência no mercado dos livreiros de Paris. Justamente por o mercado dos livreiros já apresentar certo grau de crescimento e autonomia, a concorrência é um dos motivos que convence Plancher a deixar sua terra natal, somada aos diversos processos judiciais em que estava envolvido por motivos também diversos²⁵. Plancher fazia a leitura do Brasil enquanto um país cuja educação política ainda estava por fazer e trazia da França a defesa pela liberdade de comércio e de expressão, afinal, a falta destes dois últimos elementos também corroboraram para o seu processo de imigração.

Inicialmente o *Jornal do Commercio* pretendeu explorar um nicho de mercado até então monopolizado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, assim passou a dar maior divulgação as informações do comércio, tais como os preços, movimentos de pacotes, importação e exportação, notícias do interior e exterior. Segundo Werneck Sodré esse formato permitiu ao *Jornal do Commercio* superar o caráter efêmero de outros jornais do período e o fez atravessar os períodos de turbulências políticas da regência e do segundo reinado²⁶. Vale lembrar que em 1834 o jornal é vendido para Jullius Villeneuve e Reol de Mongenot, porém o caráter das publicações pouco se altera sob a posse dos novos proprietários.

Entretanto apenas a longevidade do empreendimento começado por Plancher por si só ainda não justifica a importância que o *Jornal do Commercio* tem na trajetória política de Paranhos. A altura da década 1850 já havia se construído uma reputação em torno do Jornal, que o fazia estar em alta conta entre os homens públicos e lido com menos desconfiança pelo público privado detentor dos negócios relacionados a lavoura. A longevidade e o prestígio do *Jornal do Commercio* se construíram, como nos indica Werneck Sodré, por não ser partidário ou “alheio as paixões” como se dizia no período, era conservador nesse sentido e moderado em todos os sentidos²⁷. Por esses motivos o *Jornal do Commercio* alçava o status de jornal oficial do Império, embora ainda houvesse alguma desconfiança de alguns deputados e senadores.

Vale destacar que embora fosse prestigiado as desconfianças não cessaram de aparecer, como podemos observar nas transcrições dos debates no Senado em

²⁵ MOREL, Marco. op. cit., pg. 22-29.

²⁶ SODRÉ, Nelson W. op cit., p. 109.

²⁷ Idem. pg. 189.

1850. Logo na abertura dos trabalhos daquele ano, uma das primeiras pautas discutidas pelos senadores foi a proposta feita por Jullius Villeneuve para publicar as transcrições dos debates no *Jornal do Commercio* pela quantia de 2.400\$. A proposta foi o suficiente para gerar intenso debate. O primeiro a se por pela aprovação da proposta é o sr. Saturnino, vale citá-lo diretamente:

Eu encaro, Sr. presidente, a matéria que nos ocupa como de uma importante transcendência; pois que de nada se trata menos que da satisfação de um preceito constitucional, essencialmente ligado ao sistema que a Constituição segue em toda a sua marcha. Efetivamente, senhores, quer a Constituição que as nossas sessões sejam públicas; e escusado é ocupar-me com a conveniência e harmonia com que todos os preceitos constitucionais se acham ligados a este salutar mandato, porque todos nós o conhecemos perfeitamente; só direi que a publicidade de nossos debates é a única garantia contra os abusos que podemos cometer pela irresponsabilidade de nossas opiniões aqui emitidas; mas a Constituição quer esta publicidade, e nós a devemos promover independente de quaisquer razões que o legislador constitucional tivesse para decretar este preceito. Limitar-se-á porém a publicidade a sermos ouvidos por este pequeno 'número de espectadores que podem acomodar-se na nossa acanhada galeria? Não, certamente: semelhante inteligência seria absurda, pois que não satisfaz de modo algum às intenções do legislador constitucional. Para isto é necessário que todo o Império, e mesmo todo o mundo saiba o que aqui se passa e o que aqui se diz; e nenhum outro meio há para isso mais que a publicação pelo órgão da imprensa. Segue-se daqui que o papel que for mais lido, o que tiver mais amplo curso pelo Império e fora dele, deverá ser o escolhido por nós de preferência, pois que assim melhor satisfazemos ao preceito que a Constituição nos impõe. É, porém, sabido por todos que o *Jornal do Commercio* satisfaz a esta essencial condição, e conseqüentemente é a esta folha que, no meu entender, se deve dar a preferência comparativamente com todas as que se publicam na Corte²⁸.

Além da evidente preocupação de Saturnino de que as discussões da casa se tornassem públicas, era necessário no seu entendimento que as publicações tivessem ampla difusão e isso só seria garantido pelo *Jornal do Commercio*, o que reforça o que já foi exposto sobre o prestígio do Jornal naquele tempo. Outro senador, cujo nome apenas está identificado como Mafra, ainda alerta que “se a Casa aprovar o

parecer que se discute, é provável que fique sem a publicação dos seus trabalhos do modo porque até aqui tem sido feita, porque não há concorrentes, não há quem queira fazê-lo por mais ou por menos”. Poucas objeções relevantes até esse momento do debate valem ser mencionadas, outros senadores indicaram que o valor poderia baixar e chegar aos 2.000\$ e ainda teve quem observasse que o tamanho da letra do jornal era “muito miúda”. Porém a entrada de Bernardo Pereira de Vasconcellos²⁹ reacende o debate:

Pelo que tenho ouvido parece que alguns Srs. senadores receiam que não se publiquem os trabalhos do Senado se o *Jornal do Commercio* não nos fizer esta mercê! Princípio por declarar que votarei por 4 ou 5:000\$000 para qualquer outra empresa que se encarregue de publicar estes trabalhos. Há muito tempo que julgo muito pretensioso este jornal, que parece querer dominar o Brasil; e o mais é que se tem constituído uma potência que aterra a muita gente boa! É jornal dos mais antigos; jeitoso, matreiro, especulador; tem sabido granjear a nomeada de imparcial por toda a parte, tem conseguido aumentar consideravelmente o número de seus assinantes, de sorte que é hoje o único jornal do Império do Brasil. Digo- único porque todos os outros não devemos considerar senão como jornais de uma ou outra cidade, desta ou daquela localidade.

Os particulares, o mesmo governo (julgo eu, não tenho certeza), o mesmo governo suspeito que receia incorrer na indignação do *Jornal do Commercio!* (*Risadas.*) Um particular, um empregado público que é caluniado neste ou em outra qualquer folha, se julga que deve justificar-se pelo *Jornal*, tem de fazer grandes sacrifícios pesadíssimos; não pode às vezes publicar a sua defesa no *Jornal* senão sacrificando um ou mesmo dois anos de seu ordenado! E é a tal jornal que preferência se quer cometer a publicação dos trabalhos do Senado? É a tal jornal que se quer dar mais força, mais meios para lutar com os particulares e com o governo? O que digo é público e notório, ninguém pode contestar. E em mão de quem se tem acumulado tanto poder? Em mão de estrangeiros, que apenas passam por esta terra para ir à Europa, como já tem acontecido com diversos proprietários deste jornal.

Se a imprensa é, como se diz, um novo poder político, desgraçadamente no Brasil todo o poder político está concentrado nas mãos do *Jornal do Commercio!*³⁰

Ainda que se posicionando contrariamente a veiculação dos discursos no *Jornal do Commercio*, Vasconcellos reforça a potência, como ele mesmo dissera, amplitude de difusão e sua reputação de imparcial. Embora não tenhamos acesso ao número de assinantes nesse período, é notável a descrição de ser o único jornal do Brasil, superando o alcance regional. Embora a descrição quantitativa do alcance seja surpreendente, pode-se deduzir que seu público era qualitativamente relevante dentro do Império, por dois fatores. Primeiro devemos levar em consideração os altos índices de analfabetismo no Brasil e o alto custo de se fazer a assinatura pelos diversos períodos que o *Jornal* disponibilizava para os assinantes³¹. E o segundo é indicado pelo próprio Vasconcellos, quando destaca que os homens que fossem julgados pelo *Jornal* mal teriam o direito de se defender, o que implica que uma opinião sobre alguma pauta ou sobre algum parlamentar ou ministro fosse publicada, teria um peso considerável na opinião pública. E, por outro lado, Vasconcellos assinalou que para ter o direito de resposta, o homem que se sentisse caluniado teria que gastar boa parte de seu ordenado em dois anos, o que certamente pode ser exagero, mas ainda assim reforça o peso que tinha o jornal no cenário público nacional. É interessante notar como o *Jornal do Commercio* reverbera nas duas casas parlamentares, diretamente como nesse caso, ou indiretamente como veremos mais adiante, talvez isso justifique o ingresso de Paranhos como colunista semanal. Mesmo estando longe do parlamento, estava dentro da opinião pública.

CAPÍTULO 2 - PARANHOS POR SEUS CONTEMPORÂNEOS

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

Pierre Nora

Representar o ser humano em suas condições históricas e mostrar até que ponto o todo lhe oferece resistência, até que ponto o favorece, como, a partir daí, ele forma uma visão de mundo e de homem e como ele, caso seja artista, poeta ou escritor, reflete essa visão novamente para o exterior.

Goethe – Poesia e Verdade

No penúltimo mês para findar o ano de 1880, as notícias veiculadas no *Jornal do Commercio* não apresentavam o mesmo vigor da época da Guerra do Paraguai, que rendiam coberturas capazes de ocupar parte significativa das primeiras páginas, ou das acaloradas notícias que reportavam a apreensão de navios brasileiros, na costa atlântica, nos anos precederam a extinção do tráfico em 1850, seguidas de notas de profunda indignação de seus editores e colaboradores. As páginas abrigavam a diagramação que já era familiar ao leitor por décadas, ainda que tenha sofrido sutis alterações com o passar dos anos e conforme a necessidade dos fatos excepcionais que, de repente, usurpavam a atenção da nação.

As edições diárias – algo que merece atenção particular, pois estamos nos referindo a um jornal do século XIX – que galgaram prestígio no transcorrer da pós-maioridade seguiam uma ordem por relevância, ou até mesmo hierarquizada de notícias vindas de fora, seguidas pelas que retratavam o país no dia anterior a publicação. Começando do topo, seguindo uma ordem de colunas que se sucediam da esquerda para a direita e ocupavam a metade superior do jornal, o leitor avistava a seção “exterior”. Normalmente acontecimentos vindos das principais nações que mantinham relações com o Brasil até aquele momento, ou então exerciam influência internacional. Se tivermos por base empírica a segunda metade do século XIX, teremos a presença constante do trio europeu: Inglaterra, Portugal e França. Em

momentos de tensão e conflito, houve a aparição dos vizinhos sul-americanos, com destaque para outro trio: Argentina, Uruguai e Paraguai. Daí por diante, as primeiras páginas eram preenchidas por notícias do “interior”, seguidas pelas transcrições de debates feitos no Senado e na Câmara dos Deputados. Nestas últimas seções do trato da política, o leitor era guarnecido assuntos centrais discutidos por parlamentares e podiam sentir o vigor de suas falas, com as entonações que o jornal proporcionava. Porém, essas questões próprias a análise da imprensa, serão contempladas mais a frente com maior atenção e desenvolvimento, aqui cabe apenas a ambientação.

No segundo dia de novembro os despachos ministeriais e as notícias do “exterior” e “interior” perderam seu lugar de destaque, logo na primeira coluna, para uma nota de pesar que ocupou pouco mais de uma coluna e meia do *Jornal*. Com o singelo título de “O Visconde do Rio Branco”, ali o *Jornal do Commercio* comunicou ao seu público leitor o falecimento daquele que era “uma personalidade distinta” e, cujo nome, “acha-se em tal maneira ligado a todos os sucessos notáveis do segundo reinado”³². Paranhos falecera no dia anterior, em 1 de novembro de 1880, e segundo o jornal sua morte teria sido ocasionada pelo agravamento de seu estado de meningite, contra qual Paranhos não resistiu. Entretanto, a meningite teria sido apenas o derradeiro dos males. No artigo o *Jornal* relembra que o “terrível mal, de que sentira o primeiro insulto ao desembarcar em Lisboa, quando, há cerca de dois anos, se dirigido à Europa, havia atingido a sua derradeira fase, dissipando todas as esperanças”.

É sabido que Paranhos assumiu a presidência do Conselho de Ministros de março de 1871 até junho de 1875, que embora tenha sido um dos gabinetes de maior duração do Segundo Reinado, teria se desgastado em função da Questão Religiosa e pelas demonstrações de cansaço confidenciais, inclusive, a Pedro II³³. Por ocasião da ascensão dos liberais que legou aos conservadores (partido do qual fazia parte desde 1853) o papel de oposição, que o levou a fazer a viagem à Europa, reportada na matéria supracitada. Àquela altura da vida, Paranhos já havia ocupado a maioria dos cargos que um homem público poderia ocupar, desde deputado nas assembleias

³² Cf. *Jornal do Commercio* (RJ), 02/11/1880.

³³ “Sabe Vossa Majestade que eu desejo entregar o meu posto a quem melhor possa ocupar. Se não enfermei ainda em público, não é duvidoso que estou cansado”; apud LIRA, Heitor (1977b). *História de Dom Pedro II (1825–1891)*: Fastígio (1870–1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

provinciais na juventude até a presidência do Conselho de Ministros já na alta idade. Desde sua passagem pelo velho continente houve a constatação de que fora diagnosticado com câncer de boca, mal que lutou com a passagem por alguns procedimentos médicos, porém em vão. Por se saber ser ele inveterado amante dos charutos cubanos, acredita-se que seu gosto pelo tabaco, teria sido o motivo do rápido agravamento de seu estado de saúde e sua transição até a morte.³⁴

Para os padrões tipográficos da época o “Visconde do Rio Branco” veiculado pelo *Jornal do Commercio* se constituiu em um extenso texto, acomodado nas módicas quatro páginas tradicionais, formatação que foi bastante usual ao longo da história do impresso que atravessou todo o Segundo Reinado. A saber, as duas últimas páginas eram ocupadas por anúncios de todo gênero, informações acerca do comércio (o fluxo das embarcações, os preços dos produtos e matérias primas na praça etc.), bem como publicações a pedido dos leitores. Portanto as páginas restantes eram preenchidas de informações de maior relevância do dia anterior. A título de comparação, o espaço preenchido com notícia de falecimento de Paranhos poderia ser equiparado as das transcrições dos discursos feitos na Câmara dos Deputados e no Senado.

No artigo de 2 de novembro, o *Jornal do Commercio*, esforça-se na tentativa de se abster dos julgamentos. Nas palavras redigidas naquele dia: “é sobremodo difícil, sob a pressão do acontecimento, julgar de modo cabal uma personalidade assim distinta”, em seguida, há a transferência de responsabilidade, onde “a história é que há de fazê-lo, isenta das paixões contemporâneas de grande vulto”. Ainda assim, o autor da matéria não deixou de tecer uma crítica elogiosa ao longo de todo o texto. Cabe analisar alguns trechos específicos:

O Visconde do Rio Branco era-o (espírito superior), na literal acepção da palavra. A uma inteligência privilegiada, robusta e esclarecida por aturado estudo **reunia brilhantes qualidades e notórias virtudes, que lhe captaram ardentes simpatias e profunda veneração de amigos e de adversários.** Nos lances mais tempestuosos de sua agitada vida pública, que deixou inapagável rastro na história política dos últimos 30 anos, mereceu sempre a justiça de ser estado na sua imediata probidade.

³⁴ TAUNAY, V. **O Visconde do Rio Branco**: Glória do Brasil e da Humanidade. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

Escritor correto e fluente, possuía o dom da palavra em alto grau. Escrevendo ou falando, o seu estilo era despretensiosamente desornado, simples, natural, elegante e sobriamente eloquente. A sua argumentação tinha uma estrutura sólida. Era uma organização intelectual bem-acabada pelo **equilíbrio das faculdades**. O estudo das ciências exatas influíra-lhe no espírito vigorosa disciplina lógica, a que sempre buscou manter-se fiel. Afável, insinuante, **moderado** e cortês, assim no trato **privado como nas lutas da imprensa e da tribuna**, foram-lhe estas qualidades poderosos auxiliares dos seus intuitos políticos. O seu espírito era eminentemente **prático e conciliador**; não aceitou a luta senão porque lhe era as vezes imposta como inevitável condição do triunfo; era naturalmente **inclinado as soluções médias**; nunca entendeu que só não é vencido quem vence completamente. (grifos nossos)

Dentre as diversas palavras elogiosas, podemos destacar as que seus contemporâneos consideram enquanto virtudes e chegar a um padrão repetido não só na imprensa, mas nas duas casas legislativas e em outros segmentos. Além da exaltação da inteligência, da probidade na vida pública, da sua capacidade de comunicação pela escrita e oratória, os elogios que mais chamam atenção vêm no segundo momento. O autor da coluna destaca o “equilíbrio das faculdades”, a “moderação”, ser “prático e conciliador” e “inclinado a soluções médias”. Nem sempre com essas mesmas palavras, mas a moderação de Paranhos seria evocada em outros momentos e parece ser a virtude pela qual era reconhecido.

Não são raros os momentos, não só após a morte de Paranhos, em que suas qualidades são evocadas em meio a discussões de alta tensão nos espaços públicos. Em sessão extraordinária na Câmara dos Deputados em novembro de 1880 debatia-se acerca da “reforma da escravidão” e em meio ao desacordo sobre as medidas que deveriam levar a abolição, o deputado Prado Pimentel lamentou não ter “a elevação das ideias e a magnanimidade de coração de um José Maria da Silva Paranhos.”³⁵

³⁵ ACD, 25 de novembro de 1880.

Esses exemplos poderiam ser mero saudosismo ou um ato de respeito a um dos homens da mais alta hierarquia do Império. Contudo, se voltarmos ainda mais no tempo, no auge da atuação pública de Paranhos, quando havia regressado da missão no Paraguai – onde tinha sido enviado como agente diplomático do governo brasileiro para conduzir as negociações para a instalação de um novo governo – veremos que a situação se repete. Logo ao retornar da missão Paranhos foi desligado de suas funções como diplomata no Rio da Prata e em junho de 1865, durante pouco mais de sete horas, proferiu um discurso no Senado que, além de representar uma defesa extensa, questionou os motivos de sua demissão e o planejamento do governo imperial no âmbito das relações exteriores para com as repúblicas vizinhas do Paraguai, Confederação Argentina e a Banda Oriental (Uruguai).

A partir de 1861 Machado de Assis assumira a função de comentarista político e publicava suas crônicas na imprensa. Assim, ao longo dos anos, nasce a obra *O Velho Senado*, uma reunião de crônicas sobre a casa dos mandatos vitalícios. Antes de ressaltar as virtudes que já precediam seu encontro com Paranhos, Machado de Assis relata que os “sucessos do exterior chegavam-nos a braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus por menores”.³⁶ Sendo assim, quando se teve notícia da demissão de Paranhos e que haveria sua defesa, no dia do seu discurso as “galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos”. A seguir, Machado escreve suas impressões do discurso daquele dia:

Paranhos costumava falar com **moderação** e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo me ditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: **“Não a vaidade, Sr. Presidente...”** Daí a um instante a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. **A agitação passara** com os sucessos, a defesa estava feita. (ASSIS, 2004, 49).

³⁶ Cf. ASSIS, Machado. *O Velho Senado*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. P. 48.

Na descrição de Machado de Assis mais uma vez observamos ser invocada a moderação. Ainda que dessa vez ela se refira ao modo como Paranhos discursava entre seus pares naquele dia, relatos como esse e do *Jornal do Commercio* dão a entender que a moderação era parte da identidade pessoal de Paranhos e um modo de agir politicamente. Dessa vez, a constatação emerge por meio de uma análise de Machado de Assis se baseando na atuação no Rio da Prata e no discurso feito ao Senado onde, após o ato, a agitação teria passado conforme feito a defesa. Para de fato ter uma noção mais apurada sobre esse episódio, foi possível recuperar parte do discurso feito naquele dia por Paranhos. Cabe citar um trecho:

Em dias de novembro do ano passado, senhor presidente, fui convidado pelo nobre ex-ministro dos Negócios Estrangeiros para encarregar-me da missão diplomática do Brasil no Rio da Prata. Por que, senhores, era eu convidado para esta comissão? **Porque os nobres ex-ministros me quisessem fazer um obséquio?** Não, tanto não lhes podia eu merecer; era convidado porque se tratava de uma comissão trabalhosa, de grande responsabilidade, para a qual eu tinha o único mérito de alguma experiência de nossas questões com aqueles Estados.

Estava iminente a guerra com o Estado Oriental, as nossas represálias já tocavam o estado de guerra, estávamos ameaçados de um rompimento por parte do Paraguai, as circunstâncias eram difíceis: entendi que não podia recusar-me a tão honroso convite; não hesitei em aceitar a comissão, uma vez que o meu pensamento estivesse de acordo com a opinião que o governo pretendesse seguir, em face do novo estado das coisas. Na estação da vida em que me acho e tendo desempenhado três comissões diplomáticas no Rio da Prata, **era-me lícito ter uma opinião a respeito daqueles negócios e, na minha posição social, eu não podia aceitar mandato cujos preceitos fossem contrários às minhas convicções.**

(...)

Aceitei, senhor presidente, esta comissão sem mesmo ter tempo para consultar os principais dos meus amigos políticos. Apenas com dois ou três, que me honram mais a miúdo, pude conversar a esse respeito; achei neles benevolência e aprovação, confiei, pois, no critério e patriotismo dos outros que pensariam e sentiriam da mesma maneira. **Sempre professei, e ainda hoje professo, que a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna, que deve ter princípios tradicionais e fixos, comuns a todos os partidos;** e, seguramente, senhores, desgraçado o país que, depois de tantos anos de independência, como conta o Brasil, nem ao menos tenha, ainda, princípios fixos acerca de sua política

externa com relação aos Estados limítrofes (PARANHOS, 2005, 304-306 pp)

Chama-nos a atenção não só o momento em que Paranhos invoca seu mérito em fazer parte da missão no Rio da Prata, afirmando não ser sua nomeação uma benesse ou um favor político, mas sim quando afirma sua intenção ao aderir a tarefa. O momento mais relevante é quando defende uma política externa que não seja sujeita as “vicissitudes de partido” e da política interna. Segundo o Paranhos, já em alta idade e acumulando experiências em missões na região platina, a política externa deveria ter princípios fixos que orientassem a condução com os países limítrofes. Embora como defenda Ferreira (2006) a política externa tenha sempre uma relação indissociável com a política interna, é constatável a intenção de Paranhos em chegar ao que podemos nomear de solução média ou de caráter prático, como teria dito o artigo do *Jornal do Commercio*. Mas de fato existe respaldo para chegar a tal constatação? Ou seria ainda uma mero elogio ou uma maneira polida de tratar um quadro político experiente e renomado?

Uma das poucas pesquisas recentes sobre a Guerra do Paraguai, foi realizada por Francisco Doratioto, que aborda a guerra de maneira mais e geral e ainda assim consegue destacar alguns episódio particulares por meio da atuação de alguns indivíduos que participaram assiduamente do conflito. Doratioto (2002) avalia que a atuação de Paranhos foi decisiva para o estabelecimento de um governo provisório após a iminente derrota de Solano López. Como já exposto anteriormente, Doratioto relata que como enviado para a missão teve de enfrentar a oposição dos liberais brasileiros, que almejavam dificultar sua atuação em Assunção para se reposicionar na política brasileira e por outro lado teve de conter os ânimos dos seus correligionários do partido Conservador. Em outro âmbito teve de lidar com a desconfiança argentina, que via na ação do governo brasileiro uma tentativa de criar um no Paraguai uma nova coalização de forças que seria fiel aos interesses do Império. Além disso, atuou para barrar forças ainda ligadas ao ex-presidente paraguaio e, apesar de todos os empecilhos, dialogando com os diversos atores políticos e sociais envolvidos, Paranhos voltou ao Brasil com a missão cumprida e um novo governo se estabeleceu no país guarani.

Ainda que esses exemplos possam ser suficientes para se ter uma noção do reconhecimento de Paranhos entre seus contemporâneos, cabe ainda trazer uma

última contribuição. A primeira biografia que se tenha conhecimento sobre a vida e obra de Paranhos foi escrita pelo Visconde de Taunay, intitulada *O Visconde do Rio Branco: glória do Brasil e da humanidade*³⁷. O autor nascido no Rio de Janeiro, em uma família aristocrática e de origem francesa, foi escritor, político, engenheiro militar e considerado historiador e sociólogo brasileiro. Taunay terminou de escrever a biografia em 1884, apenas alguns anos após o falecimento de Paranhos. Os dois haviam se conhecido em Assunção durante a guerra, quando Taunay ainda era um estudante de engenharia e servia ao governo brasileiro no conflito. Quando do retorno da guerra, Paranhos foi convidado a chefiar o Ministério da Guerra convidou Taunay para seu oficial de gabinete.

O aparecimento dessa biografia, junto com feita pelo filho de Paranhos, o Barão do Rio Branco, são de um período em que filhos ou amigos de grandes nomes da política imperial se esforçam em criar uma memória política da geração que os precedeu. Nesse sentido, a historiadora Laura Fontana faz as seguintes constatações ao se referir a biografia de Taunay:

Na realidade, a republicação desta biografia parece ir de encontro com uma empreitada da geração dos filhos dos grandes homens do Segundo Reinado. Joaquim Nabuco e Paranhos Junior foram filhos que se preocuparam em reconstruir a memória dos pais já na República, e assim, construírem também suas próprias identidades. Affonso ao republicar o trabalho do pai, além de reavivar a obra paterna, reconstrói a figura do amigo do pai, e assim reforça o vínculo entre eles. As relações de amizade assim são valorizadas e nos mostram como as redes de sociabilidade são parte da edificação das identidades políticas. Além de Taunay e o próprio Paranhos, muitos filhos dos políticos do Império adotaram tal estratégia, demonstrando um movimento forte no sentido da utilização simbólica das figuras paternas para a fortificação de uma identidade política já pós-Proclamação da República. E a escrita de biografias de seus pais, reafirmando os laços sanguíneos e políticos com os homens que participaram da política imperial foi uma bem-sucedida tentativa nesse sentido. O filho do senador Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco, José Maria Paranhos Junior (barão do Rio Branco), filho do Visconde do Rio Branco, e Carlotinha Carvalho Moreira, filha do Barão de Penedo, foram exemplos dessa empreitada. A própria proximidade e convívio

³⁷ A biografia referida não foi terminada pelo Visconde de Taunay. Em edição do ano de 1930 os escritos ganharam um prefácio de Affonso Taunay e complemento de alguns capítulos pelo historiador paulista.

dessa geração entre si, já demonstra a necessidade de juntos, reafirmarem laços construídos inicialmente por seus pais, mas que nos aspectos simbólicos e também nas articulações políticas, foi de grande valia. (FONTANA, 2013, 18).

No caso da biografia de Taunay a admiração e a exaltação do biografado não são sequer escondidas pelo autor. Ao introduzir os motivos que o levaram a biografar Paranhos esclarece que

No esboço biográfico que adiante se verá, fui exagerado, simples economista, thuriferador do homem no poder ou obcecado pelos sentimentos da admiração e da amizade? Não; disso tenho plena consciência. O visconde do Rio Branco está hoje julgado.

[...] Aliás, bem desculpável fora de mim qualquer sentimento de parcialidade, pois serve-me de invencível estímulo a recordação do quanto me estimava o visconde do Rio Branco e do alto conceito que de mim fazia, depositando na minha pessoa esperanças exageradas, e filhas, de certo, de uma amizade, que, ia cada vez mais, tomando vulto e enraizando-se. (TAUNAY, 1930, 31-32)

De certo modo, Taunay é um dos poucos biógrafos que reconhece a reconstituição da vida e obra de seu biografado com sinceridade. Mas voltemos ao centro da questão. Na primeira parte da biografia são feitos uma série elogios desde a capacidade de oratória ao porte físico, o sorriso e o modo como cativava seus amigos e adversários políticos. A certa altura, é atribuído a Paranhos o início de uma “diplomacia de paz e benevolência imparcial” na região do Rio da Prata, isso quando Taunay cita a primeira missão do biografado no Uruguai em 1851, naquele momento quando acompanhava Honório Hermeto Carneiro Leão na função de seu secretário. Pouco mais a frente Taunay, a fim de justificar a importância da paz e da imparcialidade, nos dá o contexto das disputas entre os dois partidos, liberal e conservador, e exalta a conciliação e a moderação como solução para a política nacional que estaria submetida as vaidades e interesses pessoais de ambos os partidos e seus integrantes.

Já na historiografia, talvez uma das poucas referências feitas a Paranhos apareça em José Murilo de Carvalho, na obra *A Construção da Ordem*. Quando Carvalho se empenha em compreender a ideologia e a composição dos dois maiores partidos do Império, liberal e conservador, Paranhos aparece já como chefe do gabinete de ministros, nos anos 1870, sob o contexto da aprovação da Lei do Ventre

Livre³⁸. Na obra não são usadas as expressões como conciliador e moderado, mas Carvalho da a entender que a atuação de Paranhos se orientou nesse sentido. É ressaltada a complexidade da composição partidária para se aprovar as reformas sociais naquele momento, sobretudo se tratando de temas tão tensos quanto aos que tem por objetivo modificar o status da escravidão. Nessa ocasião, Carvalho aponta que dentro do Partido Conservador, ao qual Paranhos passou boa parte da vida, as opiniões estavam divididas. Enquanto os conservadores do norte, defensores do governo central e no geral magistrados defendiam as reformas sociais, os correligionários do sul, que contava com a maior presença de profissionais liberais, não se demonstravam tão favoráveis as reformas como essa do ventre livre³⁹. Encarando essa situação, Carvalho afirma que a “grande façanha de Rio Branco (Paranhos) foi conseguir uma coalizão de funcionários públicos e proprietários nordestinos contra os proprietários e profissionais liberais do sul, sobretudo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três principais províncias cafeeiras” (CARVALHO, 2019, 223).

Essas constatações não estão sendo levantadas para reafirmar as virtudes de Paranhos assim como fizeram os homens que lhe foram contemporâneos. Servem antes para entender quais qualidades eram admiráveis para uma coletividade de homens públicos e nos fornece um entendimento sobre o período de atuação de Paranhos em si, sobre seu tempo. Se a conciliação, as soluções médias, a moderação são evocadas, significa que o país passava por turbulências sociais e tensões políticas. Vimos que esses atributos lhes são atribuídos em diferentes momentos de sua atuação política, da Guerra do Paraguai até sua última participação nos negócios públicos quando foi chefe do gabinete de ministros. Cabe a verificar quais são essas tensões e como Paranhos atuou em meio a elas.

³⁸ É interessante observar que popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre, por considerar libertos os filhos de mães escravizadas, sob a época a ela se chamou Lei Rio Branco por ser sido aprovada sob o gabinete de Paranhos.

³⁹ CARVALHO, op. cit., 223.

CAPÍTULO 3 - Paranhos e o Rio da Prata

Buenos Aires e a Inglaterra, ou antes Rosas e Lord Palmerston andam-me tão associados no pensamento sempre que medito sobre a nossa política externa que terão eles o primeiro lugar nestas missivas todas as vezes que me caírem na rede da pescaria semanal.

A frase acima, escrita na sexta *Carta ao Amigo Ausente*, publicada em 26 de janeiro de 1851, marca um direcionamento das crônicas escritas por José Maria da Silva Paranhos ao *Jornal do Commercio*. Por mais que os temas trazidos semanalmente fossem variados, essa sua passagem pela imprensa ficaria marcada por uma especialidade: a cobertura dos acontecimentos da política externa. Ainda que tenha feito referência a Inglaterra de Lord Palmerston, trazendo relatos das apreensões de navios na costa atlântica brasileira, foi desproporcional o espaço que os acontecimentos do Rio da Prata ocuparam em seus textos semana após semana. Buenos Aires e Rosas não apareceram, direta ou indiretamente, em poucas ocasiões, fazendo de Paranhos um especialista do Império na questão platina.

A cobertura dos acontecimentos ligados ao Rio da Prata foi transmitida ao leitor sob diversos aspectos. Cada movimentação dada pelo governante de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, era alvo da cobertura jornalística de Paranhos.

3.1 – A importância do território: uso da legitimação

Um dos temas que tensiona a relação entre a Confederação Argentina e o Império do Brasil, nos anos cinquenta de século XIX, é a indefinição acerca de suas fronteiras e o direito de navegação dos rios que compartilham ambos. Certamente esse impasse se estende, como veremos, as demais nações em formação da região platina como Paraguai e Uruguai, mas esses dois últimos aparecerão na discussão conforme o embate entre os governos brasileiro e argentino. Nesse momento histórico, a resolução das questões de fronteira se faz urgente mediante o fato de que, como destacou o geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes, essas são linhas “que formalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estatais”⁴⁰.

⁴⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablumme, 2008. p. 77.

Em outras palavras, a forma de organização política estatal moderna pressupõe uma definição espacial precisa para poder exercer o seu poder. Sob essa perspectiva, João Paulo Pimenta afirma que os homens envolvidos no jogo político da época atrelavam projetos de Estado e nação a uma redefinição de espaços de jurisdição de poder em função dos quais seriam construídos novos territórios, afinal, “o território é, simultaneamente, uma ideia e uma realidade que organiza e confere sentido a Estado e nação” (PIMENTA, 2006, 18).

Costumeiramente a resolução dos limites entre Estados nacionais envolve o uso do poderio bélico para conquistar territórios considerados fundamentais para uma nação. Essa seria uma dimensão possível de ser analisada nesse momento histórico em que se encontram as tensões entre Brasil e Argentina. Entretanto, Robert de Moraes pontua que por mais que a conquista e definição das fronteiras tenha sua gênese no embate bélico, há outros dois processos que devem ser levados em consideração: o desenvolvimento de um processo legitimador sobre o território e uma construção ideológica que devem ser assimiladas pelos agentes sociais envolvidos nesses processos⁴¹. Sendo pertinente compreender como a Confederação Argentina, sob o comando de Rosas, buscou legitimar os territórios almejados, sendo parte deles pertencente ao Império, ou tornando-se independentes como é o caso de Paraguai e Uruguai. De outro lado, cabe também investigar como o governo brasileiro se mostrou possuidor legítimo do território que tinha até esse momento.

Como foi visto, Juan Manoel de Rosas ambicionava ter sob seu comando os territórios que integravam o Vice-Reinado do Rio da Prata na época do domínio espanhol. Naquele momento isso significaria revogar a independência paraguaia, que àquela altura já tinha reconhecimento do governo imperial e sido ratificada nos anos anteriores e, essa medida, seria alvo de intrigas entre o Brasil e a Confederação Argentina. Passava por incorporar a Banda Oriental (Uruguai) e o apoio aberto ao governo de Manoel Oribe dava indícios que esse projeto já poderia estar em curso e em estágio de amadurecimento.

Entretanto, mesmo que essa intencionalidade de Buenos Aires fosse razoavelmente do conhecimento dos homens públicos do Império, são poucas as menções tanto no *Jornal do Commercio* quanto nas transcrições dos discursos do

⁴¹ Idem.

Legislativo brasileiro sobre as providências necessárias para remediar o possível conflito que se avizinhava. Poder-se-ia especular que ainda era recente a interrupção do tráfico atlântico de escravizados, assunto que no ano anterior, em 1850, teria ocupado boa parte das pautas do ministério dos Negócios Estrangeiros e do Legislativo. Contudo, não cabe aprofundar essa hipótese. Ainda que noticiando quase que semanalmente as movimentações políticas no Rio da Prata – cabe destacar que Paranhos ocupava um lugar quase solitário nessa pauta dentro da grande imprensa – as movimentações do governo imperial em torno da questão se mostravam reticentes e vagarosas. Mais do que isso, parte dos senadores, como o senador Montezuma, demonstravam não reconhecer a hostilidade por parte de Buenos Aires e tampouco entendiam como necessária uma ação mais incisiva que romperia a paz na região. Em maio de 1851, Carneiro Leão destacava a fala do colega senador, para em seguida fazer apontamentos:

Eu não posso conceber como é que a ambição do governador de Buenos Aires tenha ofendido o Brasil até hoje. Não quis fazer um tratado definitivo de paz segundo se nos disse hoje; terá sua razão; também que pressa temos nós de fazê-lo? Protege Oribe, quer que Montevideu seja uma das partes integrantes da Confederação Argentina. Temos nós muito com isto? O honrado membro pela província do Rio Grande do Sul disse que este era um dos pontos em que esse governador fundava a sua política, e por isso até hoje não tinha querido reconhecer a independência de Montevideu. E faremos nós a guerra por este motivo? Queremos nós unir a província de Montevideu ao Brasil?" (AS, 1851, 378).

O aparente desdém de que a paz poderia estar ameaçada pela política expansionista de Rosas e o não reconhecimento da dimensão que teria a incorporação da Banda Oriental não se limitam a esse discurso pontualmente. Em outra oportunidade, dessa vez na presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, o senador Montezuma voltou a demonstrar suas considerações que apontavam para a pouca relevância do tema. Segundo o que ressalta Paulino, o senador teria dito: "O que nos importa que a Confederação Argentina absorva o Estado Oriental? O que temos com isso? Nada temos que recear; o poder de Rosas está aluído; não nos deve inspirar receio"⁴². Montezuma confirmou a fala e alegou que apenas a teria dito em tese. Mais que o desconhecimento sobre a

⁴² Anais do Senado, 24 de maio de 1851.

questão, esse posicionamento demonstra como a questão do Rio da Prata ainda não havia ganhado a centralidade nos debates públicos e pouco se avançava em políticas efetivas, que costumeiramente eram alvo de longas discussões e questionamento por parte dos senadores quando o tema era recrutamento ou envio de tropas e recursos.

Demonstrando sinais de preocupação com o andar das discussões sobre o Prata, na vigésima carta, Paranhos resgata e transcreve quase na íntegra o debate no Senado entre Paulino e Montezuma. A princípio, lamenta a interpretação do senador Montezuma sobre o tema que considerava tão grave ao Império. Nesse momento, um apelo é feito ao leitor do *Jornal do Commercio* para que se atente a transcrição do discurso, pois nele seriam elucidadas as questões sobre a importância que a defesa do território do Uruguai e o impedimento das ambições de Rosas teriam para resguardar a dignidade nacional e os interesses do Império⁴³. Cabe citar um trecho do discurso:

O SR. MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS: – Pôde tirar principalmente das províncias de Buenos Aires, Córdoba, Corrientes e Entre-Rios, e principalmente daí 20 a 30.000 homens, e uma excelente cavalaria da província de Entre-Rios, que não tem superior. Apoderando-se também do Paraguai, poderia tirar dele uns 20.000 bons soldados, robustos, obedientes e sóbrios. Isto em países acostumados à guerra, que não têm os hábitos industriais e pacíficos que nós temos. Absorvidas as Repúblicas do Uruguai e do Paraguai, que cobrem as nossas fronteiras, na Confederação Argentina, ficariam abertas as nossas províncias de Mato Grosso, S. Paulo e Rio Grande do Sul. Ficaríamos assim muito seguros? E quem nos diz que não se nos viria então exigir a execução do tratado de 1777? Esse tratado caducou, ficou nulo com a guerra que rebentou em 1801 entre a Espanha e Portugal, porque é um princípio de direito público e das gentes que uma guerra superveniente entre dois Estados anula os tratados entre eles existentes que ainda não foram executados. É essa a base principal de todo o nosso direito político pelo que respeita a questões de fronteiras. O governador de Buenos Aires não o entende assim. Ora, aquele tratado nulo e caduco nos arrancaria

⁴³ Segue o extenso apelo feito por Paranhos: “Quereis saber os altos interesses que o Brasil tem comprometidos na luta do Rio da Prata, interesses que, quando não fosse a obrigação que nos corre de zelar a existência política da República do Uruguai, seriam por si sós mais que suficientes para que não ficassemos indiferentes e descuidados sobre o desenlace desse drama? Quereis saber os perigos que correria o Império se, mudos, impassíveis e inermes, deixássemos o ditador de Buenos Aires consumir a obra de sua inabalável ambição? Vê-lo-eis na seguinte passagem do discurso do Sr. Paulino José Soares de Souza, respondendo ao Sr. Conselheiro Montezuma. Nem todos terão tempo de ler o extenso discurso de S. Ex.a; a ninguém causará fastio a reprodução de ideias que devemos todos burilar em nossas memórias”. PARANHOS, op. cit., p. 208.

uma extensa e importantíssima parte da província do Rio Grande do Sul, que sempre possuímos, e da qual atualmente estamos da posse. Por ele perderíamos uma parte importante da província de Mato Grosso, que compreende a sua capital, ficando a província e a navegação de seus rios completamente aberta. Deixaríamos nós, deixar-se-iam as populações dessas províncias, aventadas assim as questões de limites, separar para irem pertencer a uma nação com origem, língua e hábitos inteiramente diversos? Semelhantes questões de limites que ainda não estão resolvidas não tornariam inevitável uma guerra, com um vizinho que absorvendo nacionalidades que temos reconhecido teria aumentado extraordinariamente o seu poder, e adquirido proporções gigantescas? (ANAIS DO SENADO, 1851, 331-333).

Deixando de lado o comentário impertinente de Paulino sobre os países vizinhos – que teriam hábitos de guerra, contrariamente ao Brasil que teria comportamentos pacifistas e industriais, o que é uma fala um tanto arbitrária e dotada de preconceitos – podemos extrair aspectos sobre a perspectiva territorial brasileira na questão platina e como era legitimado o território que reivindicava possuir o Império.

Em primeiro lugar, se implementado o processo de expansão empreendido por Rosas, poderia colocar o Império em estado de vulnerabilidade. As províncias citadas de Entre Ríos e Corrientes, somadas a anexação de Uruguai e Paraguai provocariam uma dupla dificuldade. Por um lado, embora os números fornecidos por Paulino sejam hipotéticos, é conveniente pensar que acarretariam um desequilíbrio de poderio bélico, favorecendo militarmente a Confederação sob o comando de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, o acesso já bastante disputado ao interior do continente via Rio da Prata poderia ser monopolizado por Rosas, dificultando a passagem de embarcações imperiais para comércio e transporte em geral. Tendo em vista esse cenário, Paranhos utiliza das páginas do *Jornal do Commercio* para, novamente, fazer apelos por apoio a Paulino e ao governo imperial. Contudo, nessa ocasião, lança questionamentos diretos aos homens públicos. Sua dúvida e agonia são evidentes neste trecho:

A oposição da Câmara temporária, e mesmo a do Senado no pouco que tem dito (...), tem-se em geral mostrado moderada: mas por que razão seus ilustres membros, tão talentosos e ilustrados como são, não envidam antes seus esforços para dar força moral ao governo do Imperador no nobre empenho de guardar ileso todo território brasileiro, defender a vida e a propriedade de nossos irmãos e cumprir nossas obrigações internacionais? (PARANHOS, 2008, 210)

O outro temor do ministro Paulino é quanto ao território que atualmente o Império teria em posse, enfatizando São Paulo, Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Nesse momento, é revelado o elemento legitimador do território brasileiro, o Tratado de Badajoz (1801), feito entre as coroas ibéricas de Portugal e Espanha quando ainda tinham posse de suas antigas colônias. Em contrapartida, prevendo um desequilíbrio de forças, teme pela imposição de um outro acordo feito entre as coroas portuguesa e espanhola, o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Ambos os tratados firmados entre os séculos XVIII e XIX foram posteriores a outro que fora um marco importante, o Tratado de Madri (1750). Segundo o geógrafo Demétrio Magnoli esse tratado desempenhou um papel de fundamental importância na narrativa nacional originada no século XIX. O documento diplomático dissolveu de uma vez por todas os limites estabelecidos pela linha imaginária de Tordesilhas e colocou as metrópoles ibéricas diante da questão dos limites de seus territórios na América⁴⁴.

O Tratado de Madri é assinado após séculos de expansão portuguesa para além do Tordesilhas e, naquele momento, os contornos da América Portuguesa haviam mudado consideravelmente. Àquela altura, já havia ocorrido as bandeiras, entradas e monções em busca de metais preciosos e mão-de-obra indígena, que se constituíram expedições rumo ao interior do vasto território americano. Em meio as esses praticamente duzentos anos de expansão muitos aldeamentos fundados território adentro já serviam com verdadeiras instituições de fronteiras⁴⁵. De certo modo, os tratados seguintes, citados por Paulino, tiveram como base para alterações de limites territoriais a acordo feito em Madri.

Assinado em 1801, o Tratado de Badajoz está correlacionado a um período de hostilidade entre forças franco-espanholas – após o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte, em 1799, que marca o início da campanha militar das Guerras Napoleônicas – conta os portugueses. Em termos de território no continente

⁴⁴ Cf. MAGNOLI, Demétrio “O Estado em busca do seu Território”, *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 21 fevereiro 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/343> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.343>. Acesso em janeiro de 2022.

⁴⁵ NETO, Lael Ferreira. **A Doutrina do Uti Possidetis na Tradição Ibérica: a política externa expansionista do Marquês de Pombal**. Orientador: Prof. Fr. Luiz Daniel Jatobá França. 2019. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22413/1/2019_LaelFerreiraNeto_tcc.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

americano, a Coroa portuguesa se viu em desvantagem e coagida a ceder parte do território do atual Amapá aos franceses e conseguiu anexar a região dos Sete Povos das Missões, sendo a posse efetiva desse território garantida em um acordo com o Vice-Reinado do Rio da Prata anos depois⁴⁶.

Se por um lado os agentes diplomáticos brasileiros usavam este tratado assinado há quase meio século como legitimador dos territórios que o Império possuía, era presumível que o parâmetro utilizado por Buenos Aires e seus aliados fosse outro. Paulino não faz uma menção simplesmente especulativa quanto a isso, mas expõe uma discussão que já estava em andamento.

Em janeiro de 1851 o *Jornal do Commercio* publicou uma coluna intitulada “comunicado”, o editorial apresentava uma titulação um tanto genérica como “Questão do Rio da Prata”⁴⁷. O caráter da publicação diferia do tom habitual das publicações que eram colocadas em destaque na primeira página, sempre trazendo nas primeiras colunas as notícias ou transcrições de discursos ou informes do exterior ou do interior. Conhecido por não ceder as “paixões políticas”, segundo a terminologia da época, e por ser um periódico de características moderadas em relação aos demais jornais e folhetins do período, desta vez, como ocorrera em algumas edições em ocasião excepcional, o jornal irrompia sua aparente imparcialidade para se posicionar frente a uma matéria publicada pelo periódico *Defensor de la Independencia Americana*.

O *Defensor* que trazia impresso na parte superior as frases “vivan los defensores de las leyes!” e a mais contundente “mueran los selvages unitários!”⁴⁸ fora um jornal impresso na Banda Oriental do Uruguai, de 1844 até 1851, e fazia a defesa do regime de Manuel Oribe naquele momento presidente e principal aliado de Juan Manuel Rosas e tinham o governo de Buenos Aires enquanto um governo irmão que ajudaria na manutenção da paz no país. Neste momento, no Rio da Prata temos a expansão da influência de Buenos Aires sobre outros territórios, sendo um deles a

⁴⁶ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No Limiar dos Impérios**: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820). Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 282. 2013.

⁴⁷ Cf. *Jornal do Commercio*, 3 de janeiro de 1851. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pagfis=1603. Acesso em 01 de junho de 2021.

⁴⁸ Cf. *Defensor de la Independencia Americana*, 29 de julho de 1851. Esta edição foi destacada por ser a primeira edição disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Uruguai. De todos os volumes desde 1844, quando foi fundado o jornal, é possível acessar digitalmente apenas os do ano de 1851. Disponível em: <http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/21168>. Acesso em 01 de junho de 2021.

Banda Oriental do Uruguai. Esta aliança entre Oribe e Rosas compartilhava um objetivo em comum exteriorizada em uma campanha pela reivindicação de uma antiga delimitação territorial, uma divisão mais administrativa do que política, que era o Vice-Reinado do Rio da Prata, criado pela coroa espanhola em 1776.

A publicação que o *Jornal do Commercio* se referia fora feita em novembro de 1850 pelo *Defensor* e tratava da questão territorial, acordada pelas antigas metrópoles ibéricas no Tratado de Ildefonso (1777) quanto as demarcações de suas possessões na América. Segundo o *Jornal do Commercio*, jamais tinham dado a devida importância aos insultos feitos pela imprensa do Rio da Prata ao longo dos períodos anteriores, entretanto esta publicação uma argumentação “arteiramente calculada para lançar poeira nos olhos, e surpreender os incautos e pouco versados nas questões de direito convencional do Brasil”. Em seguida é transcrito inteiramente o artigo publicado no *Defensor*, do qual vale citar um trecho:

Depois da famosa contenda e guerras originadas entre Espanha e Portugal sobre a linha de demarcação das suas possessões na América do Sul, os tratados de limites, paz e amizade de 1777 e 1778, celebrados por aquelas duas nações sob a mediação da França, puseram termo a todas as questões por meio de um ajuste definitivo que assegurou para o futuro os direitos de soberania da coroa de Castela contra as repetidas usurpações da coroa de Portugal, sem que acerca dos ditos limites tivesse ocorrido nova alteração ou diferença alguma até o momento em que, dissolvidos os laços da nossa dependência da metrópole, se formou na região do Rio da Prata um corpo de nação do mesmo território que compreendia o antigo vice-reinado desse nome, do mesmo modo porque o Brasil ao declarar-se independente de Portugal, assumiu o direito de soberania em todos os domínios daquela nação nesta parte da América; sendo por conseguinte os limites do atual império do Brasil com as repúblicas confinantes os que ficaram definitivamente ajustados e garantidos pelos tratados de 1777 e 1778 com o caráter de permanência indefinida que se estipulou solenemente no art. 3º do último desses tratados (JORNAL DO COMMERCIO, 1851,1).

A narrativa construída pelo *Defensor* é bastante evidente e se desenrola pelo resto do artigo, sendo seu ponto central a reivindicação dos territórios pertencentes ao antigo Vice-Reinado do Rio da Prata (1776-1810) e que teriam sido garantidos em caráter definitivo no tratado de Santo Ildefonso, entre Portugal e Espanha. Para sustentar tal proposição, ainda que de maneira bastante conveniente, é lembrado que o Brasil ao tornar-se independente assumiu o direito de soberania sobre os domínios

de Portugal no continente. Em seguida, o *Defensor* critica diretamente o governo do Brasil, acusando-o do não reconhecimento daquele tratado fundamentado no argumento de que qualquer guerra superveniente rescinde ou invalida-o. Ou seja, que o governo brasileiro se referia e apoiara no conflito posterior, ocorrido em 1801, entre Portugal e Espanha, que culminou com o Tratado de Badajoz, para valer-se do que fora acordado sobre as possessões na região do Rio Grande e do Rio da Prata entre as duas coroas ibéricas. Além destes argumentos, ainda se evoca o artigo 3º de Santo Ildefonso que afirmava ter carácter permanente e indissolúvel o termos acordados. O desenrolar da argumentação trata de reafirmar a legitimidade de Santo Ildefonso e o artigo que o torna indissolúvel e, para tal finalidade, o *Defensor* reveste sua argumentação mostrando erudição e citando autores como Vatel e fazendo referência a doutrina de Martens.

Logo após transcrever, na íntegra, o artigo veiculado no *Defensor*, o *Jornal do Commercio* passa a apontar as contradições e esboça uma defesa do governo brasileiro. Segundo o *Jornal do Commercio* seria necessário pouco esforço “para lançar por terra este pomposo artigo, prenhe de contradições, e que em si mesmo encerra a refutação de suas asserções”.

Ainda assim, mesmo tendo contradições evidentes na opinião dos redatores, o que se segue são alguns parágrafos de apontamentos e discordâncias dos termos levantados no artigo. Primeiramente é questionada a posição do governo brasileiro e, de certa maneira, de seus estadistas sobre a questão, como que nunca houvera um posicionamento oficial nos termos que o *Defensor* coloca. O tratado de Santo Ildefonso não teria sido anulado, pura e simplesmente, pela guerra que sobreveio em 1801 entre Portugal e Espanha, reafirmando que não poderia ser qualquer estado beligerante ou de confronto que possa alterar os pactos preexistentes. O ponto crucial seria que a guerra de 1801, em específico, alterou a situação da época que a precedeu e nos arranjos do acordo de paz de Badajoz longe de “restaurarem as cousas ao *status quo ante bellum*, nada se estipulou sobre a alteração sobrevinda, e sancionou-se, portanto, o *uti possidetis*”. Os portenhos ainda são lembrados que o avanço das forças portuguesas na região das missões orientais fez-se como represália e resposta ao avanço das tropas espanholas e a tomada do Alentejo. De modo geral, o embate se prolonga por mais alguns parágrafos com a apresentação ao leitor de mais alguns pontos, mas, em tese, a questão central está vinculada ao direito (ou não) sobre os

territórios antigamente possuídos pelas monarquias ibéricas, que são tidos como uma herança após os processos de independência.

De certo modo, a questão do território é crucial nesse momento, se partirmos do pressuposto que qualquer arranjo político, ou qualquer nação e Estado moderno, necessita de ter um território estabelecido para exercer sua institucionalidade. Como pontuou Gabriela Nunes Ferreira, boa parte dos estudos que tratam das relações internacionais, mais especificamente envolvendo o Rio da Prata, tendem a desvincular a análise da política externa destes países das suas respectivas conjunturas políticas internas⁴⁹. Isso implica uma análise anacrônica, já que muitas vezes trata como Estados prontos, Estados que ainda estão em processo de formação, como é o caso de Brasil, Argentina e Uruguai. Ferreira ainda observa que as análises do processo de construção do Estado imperial pouco se debruçam sobre a dimensão externa desse processo, a não ser quando se trata das relações com a Inglaterra. E para concretizar a construção da nação ou do Estado argentino idealizado por Rosas, o território é, “simultaneamente, uma ideia e uma realidade que organiza e confere sentido a Estado e Nação” (PIMENTA, 2006, 18). Portanto, faz sentido que para se objetivar a construção de um Estado nacional argentino ou “riopratense”, as iniciativas da diplomacia efetivada por Oribe e Rosas podem ser pensadas como uma exteriorização, assumindo uma relação indissociável com a política interna.

Para reivindicar certo território, os agentes políticos elaboraram narrativas, como foi exposto com o jornal *O Defensor* para defender um direito de pertencimento ou uma herança deixada pelas antigas metrópoles. Antonio Gramsci, no período em que ficou encarcerado, escreveu uma série de textos nos *Cadernos do Cárcere* sobre o *Risorgimento* e o processo de unificação italiano. Dentre esses escritos, há um que se intitula *A história como “biografia nacional”*. Nesse texto Gramsci escreveu:

Esse modo de escrever a história começa com o nascimento do sentimento nacional e é um instrumento político para coordenar e fortalecer nas grandes massas os elementos que justamente constituem o sentimento nacional. 1) Pressupõe-se que o que se deseja tenha sempre existido e não se possa afirmar e manifestar abertamente por causa da intervenção de forças externas ou porque as virtudes íntimas estavam “adormecidas” (GRAMSCI, 2014, 89).

⁴⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006. P. 17.

Uma operação bastante semelhante, salvo as devidas proporções, a que Gramsci descreve parece ocorrer no sentido de pressupor que o que se deseja tenha sempre existido. Os projetos políticos de construção de Estados nacionais na América independente, especificamente na região do Rio da Prata, passaram a recorrer ao passado como dimensão legitimadora do presente⁵⁰. O território passou a ser encarado como uma herança advinda do período colonial. Há, nesse sentido, uma confusão entre a história nacional e a história colonial. Demétrio Magnoli observa que a unidade territorial passou “a ser encarada como uma herança, e a questão da construção histórica e política da unidade foi obliterada pelas múltiplas explicações relativas à preservação ou à manutenção de um suposto legado colonial” (MAGNOLI, 1997, 126).

No caso da Confederação Argentina é elaborado um “mito das origens”, termo utilizado por João Paulo Pimenta, no qual a ideia de territorialidade é central e concebe a união entre as províncias que constituíam o Vice-Reino do Rio da Prata como território destinado a uma nação argentina. Nesse sentido, Pimenta faz algumas indagações relevantes que vale citar diretamente:

Nessa perspectiva, a contradição básica entre Impérios coloniais ibéricos e os Estados nacionais americanos está em que estes se construíram sobre os escombros daqueles, como sua negação, pois rompiam com a articulação de uma totalidade diversa em torno da monarquia em uma territorialidade descontínua. Isso nos aponta o problema central: como seria possível atribuir-se à colônia o caráter de anterioridade daquilo que só surgiu superando-a? (PIMENTA, 2006, 50).

Uma consideração sobre essas contradições já aparece no próprio embate que foi citado entre o *Defensor* e o *Jornal do Commercio*. Os territórios americanos das coroas ibéricas careciam de precisão em sua delimitação e as indefinições comumente deflagaram conflitos e assinaturas de novos acordos sobre limites. Em um curto período, levando em consideração o final do século XVIII e o início do século XIX, houve a assinatura dos tratados de Madri (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801). Fronteiras e limites na América colonial encontravam-se em constante estado de redefinição e como podemos perceber, assim permaneceram após os períodos de independência e os Estados nacionais,

⁵⁰ PIMENTA, op. cit., p. 31.

que em termos de território, se constituíram o fizeram sob alterações ao longo do tempo e das disputas. Como destacou o historiador François Xavier Guerra, retomar a questão das origens das nações e dos Estados nacionais na América é um procedimento bastante dificultado, pois as interpretações e mitos elaborados são impregnantes e cheio de ambiguidade e anacronismos⁵¹.

Guerra ainda acrescenta que esses Estados hispano-americanos são concebidos como uma expressão de nacionalidades, que pelos processos de independência, conquistaram existência autônoma como nações soberanas⁵². Mais uma vez, assim como João Paulo Pimenta, Guerra busca compreender os esforços da historiografia, a qual nomeia história pátria, que tentou explicar a independência como coroamento, natural e inelutável, da preexistência da nação. De outra maneira, é como se antes dos processos de independência houvera a consciência nacional, quando, na verdade, a própria independência precede tanto a nação quanto o nacionalismo em si. Ou como Gramsci escreveu, na passagem anteriormente citada, é a pressuposição de que o que se deseja tenha sempre existido, ou pelo menos, por um período, que seja os anos anteriores e até a década de 1810.

Nesse mesmo sentido, o historiador argentino José Carlos Chiaramonte pondera que a dificuldade no tratamento dessa questão consiste no “pressuposto histórico adotado – de que as nacionalidades contemporâneas surgem de grupos com identidades étnicas definidas – não se insinua que as identidades que estamos estudando são produzidas no plano da ‘consciência pública’, no plano do político”⁵³. Em outras palavras, essas nacionalidades são forjadas no que o historiador denomina de plano político, aparecendo como uma construção de agentes políticos e intelectuais, que não corresponde com a realidade do período em questão. Ainda segundo Chiaramonte, não é verdadeiro que existisse na primeira metade do século XIX qualquer identidade nacional na região platina. A dominação espanhola só teria deixado como herança um mosaico de sentimentos de pertencças grupais, com “frequência manifestados como colisão de identidades (rivalidades de americanos e peninsulares, de rio-platenses e peruanos), cuja relação com os sentimentos de

⁵¹ GUERRA, François Xavier. **A Nação na América Espanhola: a questão das origens**. Revista Maracanan, São Paulo, volume 1, número 1, p. 9-30, 1999.

⁵² Idem.

⁵³ CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina (1800-1846)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. P. 62.

identidade política construídos depois da Independência será variada e poucas vezes harmônica”⁵⁴.

Se, portanto, esses sentimentos de identidade política eram pouco harmoniosos – como se verá mais adiante – é ainda mais improvável que houvesse uma correspondência a recortes territoriais amplos, como de um vice-reinado.

3.2 Focos de Tensão: Uruguai e Paraguai

Havia terminado o ano de 1850 que Paranhos descrevera como execrável em sua primeira carta de 1851. De fato, o ano anterior foi repleto de acontecimentos que o estabeleceram como um marco para a história do Império. Após intensa repressão aos navios que traziam escravizados africanos na costa brasileira por parte da Inglaterra e extensas discussões nas casas do legislativo era chegado o fim do tráfico atlântico de escravizados. O Rio de Janeiro sofria com uma persistente crise sanitária causada pela febre amarela, ainda ecoava na imprensa o desfecho da Rebelião Praieira e foi aprovada, no mesmo ano, a Lei de Terras. Além disso, os questionamentos sobre a monarquia como forma de governo pareciam cessar, ainda que não tenham deixado de existir. Costumeiramente o ano de 1850 se constituiu como um divisor de águas para parte da historiografia e demais ciências sociais. Por algum tempo se fez oposição entre os anos de turbulência social e política dos anos 1830 e 1840 com uma aparente estabilidade posterior aos anos 1850. Sobre essa perspectiva, o historiador José Murilo de Carvalho lembra de modo pertinente que o “processo de enraizamento social da monarquia, de legitimação da Coroa perante as forças dominantes, foi difícil e complexo. Embora se possa dizer que estava definido em torno de 1850, ele permaneceu tenso até o final do Império” (CARVALHO, 2019, 249).

Ainda que esse tipo perspectiva, em sua maioria, se refira ao âmbito interno, nas relações exteriores o cenário parece ser o contrário. Ao invés da relativa tranquilidade posterior aos anos 1850, alguns estudiosos que têm se dedicado a estudar as relações externas do Brasil, observam que as tensões persistiram com raros momentos de tranquilidade. Nesse sentido, Rubens Ricupero faz a seguinte observação:

⁵⁴ Idem.

A tradição da historiografia passada gostava de opor e contrastar, na evolução interna, a turbulência dos decênios de 1830 e 1840 à normalidade plácida da segunda metade do século, separadas pelo nítido divisor de águas de 1850. No âmbito da política exterior, o que impressiona, porém, é muito mais a continuidade do que a ruptura entre o antes e o depois dessa linha divisória (RICUPERO, 2017, 154).

Se anteriormente observamos sob o ponto de vista teórico as ambições de Rosas em ter sob o comando de Buenos Aires o antigo território do Vice-Reinado do Rio da Prata e como o governo imperial justificava suas fronteiras naquele momento, cabe agora entender quais pontos de tensão eram motivo de enfrentamento e acirramento dos ânimos entre os dois governos. Consideramos que o ano de 1851 é decisivo no agravamento da tensão diplomática preexistente entre o governo imperial e a Confederação Argentina. Esse agravamento, cujos motivos serão expostos adiante, foram elementares para a ruptura da posição de neutralidade do Brasil no Rio da Prata e se ligam diretamente a ofensiva das forças imperiais para a queda de Rosas na Argentina. Dois eram os principais pontos de tensão: a Banda Oriental (Uruguai) e o Paraguai, cuja independência fora reconhecida pelo governo imperial, atrapalhando os planos de Rosas.

Na primeira carta do ano, Paranhos já nos fornece o nível de intensidade das tensões entre os dois governos ao fazer um balanço da semana anterior que era tema da sua carta:

A semana que findou ontem foi das mais estéreis; mas, ao despedir-se, sempre deu-nos alguma coisa com que o vou entreter. O *Jornal do Commercio* publicou duas peças importantíssimas, que trouxeram logo à discussão os negócios do Rio da Prata, matéria velha e já adiada em todos os *cafés causants*: são duas notas, uma do ex-representante de Rosas nesta Corte, e outra do ministro Arana, porta-voz e amanuense do déspota; foram ambas extraídas das folhas de Buenos Aires; a primeira se diz datada desta Corte em 28 de setembro, pouco antes da partida da legação argentina; a segunda é um mês mais atrasada. Só uma sede insaciável de escândalo, e a impostura de que Rosas tem feito o principal agente de sua política exterior, poderiam autorizar a publicação daqueles documentos, sejam ou não verdadeiros quanto à época e lugar. (PARANHOS, 2008, 18).

As duas peças a que Paranhos se refere foram publicadas no dia quatro de janeiro no *Jornal do Commercio* sob os títulos de “*Nota do General Guido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Buenos Aires, dando conta do seu procedimento nesta corte nos últimos dias de sua missão*” e “*Resposta do ministro ao General Guido*”⁵⁵. Como mencionado por Paranhos, ambas foram extraídas das folhas de Buenos Aires, sendo a primeira uma exposição do general Tomás Guido⁵⁶ e a segunda uma resposta do ministro e porta-voz de Rosas, Felipe Arana.

O que parece ser o tema central da exposição do general Guido é “pedir o passaporte se o governo do Brasil não aderisse às últimas exigências, fixando na relativa ao castigo do caudilho barão do Jacuí”. O homem citado por Guido seria Francisco Pedro de Abreu, mais conhecido como “Chico Pedro”, cuja aparição na história nacional remonta aos tempos da Farroupilha. Chico Pedro era possuidor de terras no Rio Grande Sul, na fronteira com o Uruguai, e foi um dos responsáveis por criar um grupo armado para defender os interesses dos fazendeiros brasileiros no Uruguai. Esse grupo de homens armados, liderados pelo barão de Jacuí, realizavam incursões ao território uruguaio para capturar gado e, eventualmente, escravos fugidos que atravessaram a fronteira.⁵⁷ Essas expedições ficaram conhecidas como “califórnia de Chico Pedro”. A ocorrência das *califórnia*s provocaram a insatisfação de Rosas e, conseqüentemente, de Oribe, que consideravam o governo imperial omissivo ou reticente em relação a essa questão e queriam que alguma medida fosse tomada. A relação diplomática foi se agravando com o tempo levado pelo governo imperial para controlar as incursões ao território presidido por Oribe, chegando o governo de Rosas a pedir o passaporte do seu representante na Corte, o general Guido.

Para dimensionar à proporção que esse episódio tomou, vale destacar que em maio desse mesmo ano D. Pedro II foi ao Senado para discursar aos membros da

⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 4 de janeiro de 1851.

⁵⁶ Tomás Guido é certamente um dos personagens importantes nas relações entre Brasil e a Confederação Argentina nesse momento. Guido era um homem público experiente e sua história se confunde com os processos de independência na região do antigo Vice-Reinado da Prata. Uma das primeiras participações de Guido foi na Revolução de Maio de 1810 ocorrida em Buenos Aires. Dentre tantas ocupações na vida pública da Argentina, de 1840 a 1851, Guido foi representante da Confederação Argentina no governo do Brasil. De certa forma possuía o respeito e admiração não só de Paranhos, mas como de Paulino, ministro das Relações Exteriores.

⁵⁷ Cf. GANDIA, Leonardo. **A Política ao Fio da Espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, pp 98-106, 2015.

casa e, dentre tantas outras preocupações que eram tema de discussão no Legislativo, como as províncias, as eleições, orçamento, dentre algumas outras, o imperador menciona o caso. Vale citar a fala de D. Pedro II:

O general Oribe recusou-se a adotar providências que fizessem cessar as violências e vexames que, em virtude de ordens suas, eram e são exercidas sobre as pessoas e propriedades de grande número de brasileiros estabelecidos nas fronteiras do Estado Oriental

O ministro argentino insistiu em tomar a si essa questão, e como lhe não fosse dada a solução que exigia o governador de Buenos Aires, pediu os seus passaportes que lhe foram concedidos.

Por maior que seja o meu desejo de manter a paz não deixarei de dar aos meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranquilidade futura do império, tendo sempre por um dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos e nunca me envolver de modo algum em seus negócios internos. (ANAIS DO SENADO, 1851, 6-7)

Evidentemente a reticência ou inação do governo imperial é uma questão de perspectiva e pode ser contestável, inclusive, pela descrição do general Guido. No texto encontramos que Guido tinha duas razões para não esperar uma negativa do governo brasileiro, sendo “a primeira, as palavras do imperador (...) no dia 4 de agosto e a segunda, porque mostrando-me sempre o Sr. Paulino desejos de chegar a um ajuste pacífico, assegurando-me não poder responder, tanto pelo tempo que lhe tomavam as câmaras e as questões com a Inglaterra”. Guido ainda reforça que em sua conversa com D. Pedro II, sentiu no imperador a impressão de sentimentos pacíficos nos assuntos que trataram e que envolviam o Brasil e a Confederação Argentina. Isso se estende para Paulino também, que é citado outra vez no documento e que teria expressado, não poucas vezes, desejos de paz sobre a questão.

Portanto, não seria absurdo afirmar que houve a construção de uma narrativa por parte de Buenos Aires e Montevideo, fazendo com que o governo brasileiro parecesse não interessado em resolver a questão e, além disso, piorando as relações já frágeis com publicações de inverdades na imprensa. Mais uma vez, quem leva a esse caminho é o general Guido, que afirma “que os papéis de Montevideo publicaram acerca desta conversação é um embuste desprezível. Ninguém podia saber o que ali se dizia e o Imperador não pronunciou uma só palavra das que perfidamente cita o Diário”. Assim sendo, o pedido do passaporte do general Guido, bem como da retirada

da legação argentina do Brasil parecem mais um desejo de Rosas por romper definitivamente as relações diplomáticas do que uma negligência do governo brasileiro.

Aliás, o governo argentino fez questão de entrar em uma questão que nem lhe afetava diretamente, pois estava suficientemente bem delimitado que o problema envolvia as tensões presentes na fronteira entre o Brasil e a Banda Oriental. A manifestação do governo brasileiro apontava para uma atitude bilateral para que cessassem os conflitos vindos de ambos os lados. A entrada do governo argentino é um fator que causa mais desentendimento do que já havia entre os governos brasileiro e uruguaio. Isso é perceptível na fala de Paulino no Senado:

Em fevereiro do ano passado recebi uma nota do ministro argentino, na qual de ordem do general Oribe reclamava contra o procedimento do barão de Jacuí, pedindo uma reparação solene, e o seu castigo e dos que o acompanharam. O governo imperial respondeu declinando a competência da legação Argentina para chamar a si essa questão; e mandando-a tratar com o general Oribe, nunca se recusou a dar providências para evitar a repetição de tais procedimentos, fazendo o general Oribe cessar as violências e vexames que tinham produzido essa explosão. E na verdade, senhores, fora inútil qualquer providência da parte do governo imperial, uma vez que o general Oribe as não tomasse por sua parte.

Permanecendo o estado de coisas atual, as providências do governo imperial somente serviriam para exasperar os ânimos, os conflitos reapareceriam em uma tão extensa fronteira frequentemente. Dissemos ao general Oribe: "Fazei cessar essas violências, dai providências; nós as daremos também. Vamos entender-nos para fazer cessar este estado de coisas."

O que se nos respondeu? Respondeu-nos que não tomava em consideração as nossas reclamações. O governador de Buenos Aires meteu-se de permeio e disse: "A questão é comigo."

Foi desta questão que resultou a retirada da legação Argentina desta corte, e aqui tem o senado as ordens que a esse respeito mandava o governador de Buenos Aires ao seu ministro nesta corte (ANAI DO SENADO, 1851, 328-329).

A condução da questão por Rosas, que é chamado de feroz ditador nessa carta, é condenável sob o ponto de vista de Paranhos. Primeiramente é insinuado por Paranhos que Rosas nutria sentimento de ciúmes em relação ao general Guido, por ser um dos últimos patriarcas da independência de seu país. Em sua avaliação, a divulgação deste documento serviu para inutilizar o general Guido para qualquer missão no Rio de Janeiro. Paranhos em seguida justifica sua hipótese:

A estima que este argentino aqui adquiriu entre as classes mais gradas, a particular consideração que soube merecer de S. M. o Imperador, são as melhores recomendações para o ódio e desconfiança do tredo e despótico Átila das povoações do Prata (PARANHOS, 2008, 18)

É bem notório que a condução das relações diplomáticas feitas pelo general Guido, no biênio de tensão (1850/1851) entre Brasil, Confederação Argentina e a Banda Oriental, rumou para as soluções pacíficas ou minimamente para conter os danos das provocações que vinham de Buenos Aires e Montevideo. A publicação de uma carta confidencial e descritiva sobre a atuação do general Guido, na avaliação de Paranhos, representa o escândalo que está “incarnado nesse homem [Rosas] sem alma e sem coração, por isso quis dar aos povos civilizados exemplo sem igual nos fastos da diplomacia”⁵⁸. Paranhos, que ao longo das cartas afirmava ser a diplomacia um valor precioso para a consolidação das nações e dizia-se apreciador das vias de resoluções pacíficas, abominou que Rosas, para atingir um inimigo, tenha quebrado a intimidade de seu agente diplomático, o general Guido, acrescentando que a atitude significara um ato de humilhação pública. Nesse ponto fica evidente que o constrangimento sob o qual o general Guido foi exposto não tinha como objetivo esclarecer qualquer mal-entendido, Rosas não encarava como satisfatória a polidez com que seu agente diplomático lidava com o governo imperial, seguindo os protocolos da diplomacia para o bom entendimento das nações, estava sinalizado, nesse momento, uma guinada para uma política externa mais agressiva para a qual o general Guido não serviria a desempenhar.

É neste tipo de análise de conjuntura que Paranhos reforça ao leitor do *Jornal do Commercio*, àquele momento havia muitos deles legisladores do Império, a importância e certa urgência em lidar com as questões referentes ao Rio da Prata antes que fosse deflagrada a guerra. A perspicácia esboçada semanalmente ultrapassa os limites de captar somente as movimentações dadas pelos governos, Paranhos faz uma cobertura bastante detalhada dos acontecimentos. O incessante incômodo que Rosas provoca a Paranhos se intensifica ainda mais quando sua certa percepção ainda nota no relato do general Guido, ainda com tom de reprovação dessa medida que teve de adotar em benefício de Rosas, que

⁵⁸ PARANHOS, op. cit., pg. 18.

(...) pois com um fanatismo sem dúvida imprudente não cessou de ter em movimento ministros, senadores, conselheiros, diplomatas, altos funcionários, gente do palácio, e toda aquela que tenho podido fazer servir à causa de meu governo, para induzir o governo imperial a renunciar a uma neutralidade ilusória, e atraindo à causa americana, à causa do Rio da Prata, para argumentar assim um elemento de triunfo e de glória que vivamente aubelava (sic) para o meu país e para o ilustre chefe que a ele preside (JORNAL DO COMMERCIO, 1851, 1)

Se até então não havia provas suficientes que pudessem corroborar para afirmar que Rosas estava em franca campanha de provocar o governo imperial para um confronto, com essa descrição do general Guido fica inevitável não compreender o episódio das califórnicas como um pretexto, usado por Buenos Aires, para romper a neutralidade do Brasil na região. A revelação que Rosas teria movimentado pessoas dentro do Estado brasileiro para servir as suas pretensões, talvez fosse a única notícia deste episódio que tenha surpreendido Paranhos. Na realidade, medidas desse caráter já eram esperadas pelo precedente de Rosas, o que realmente surpreende Paranhos era que “viesse ela a confessar em público que influiu em certas defesas que na imprensa do Rio de Janeiro se lhe fizeram, é o que ninguém esperaria ver”.

É um tanto desafiador saber a dimensão da influência de Rosas no Brasil e, ainda mais, a quais setores políticos tinha em movimento, como Paranhos afirmou. Entretanto, de fato havia a circulação dessa possível adesão ao governador de Buenos Aires, relatada em *À margem de uma política (1850-1852)*, de autoria de José Antonio Soares de Souza. No artigo, observa que:

Muito antes de a guerra deflagar, isto é, muito antes de os dois planos ostensivos, diplomático e guerreiro, virem à tona, já este outro, o mais profundo, se movimenta, recruta seu pessoal, vigia os passos dos contrários, interferindo em suas ações, delimitando-as, não só pela espionagem, (...) mas ainda pelos jornais, lançando-a confusão e insegurança, e finalmente, tentando a sabotagem, a desmoralização e a discórdia. (SOUZA apud REZENDE, 2016, 33).

Ainda que não se tenha muitas informações a esse respeito, trata-se de espionagem e influência na imprensa e na política imperial, o que daria outras dimensões ao conflito. Esse grupo de brasileiros ligados a Rosas teria começado a aparecer a partir do embate entre França e Buenos Aires na década de 1840. A resistência a intervenção europeia fez com que Rosas ganhasse simpatizantes em um Brasil que passava por uma ocupação francesa no Oiapoque e sofria forte pressão

dos ingleses pelo fim do tráfico de escravos. Tais acontecimentos, o fazem ser conhecido como um Grande Americano⁵⁹.

Por maior que tenha sido a repercussão do episódio das califórnicas, expedições, saques e ataques de todos os tipos dos dois lados da fronteira riograndense não eram atípicos. Ainda em janeiro o *Jornal do Commercio* estampava na sua primeira página uma nota do Ministério da Relações Exteriores que foi assinada por Paulino. Intitulada “*Reclamação do Governo Imperial contra os atentados cometidos nas estâncias de Francisco das Chagas Araújo Ribeiro e Ricardo José Landim*”⁶⁰, Paulino cobrou da Confederação Argentina maior rigor no controle de suas fronteiras e, igualmente, demandou uma postura das autoridades da fronteira argentina para “acalmar os espíritos exacerbados”. Ciente do acirramento das tensões entre as duas nações por questões de indefinição de fronteira, Paulino ainda escreveu que “não sendo em tempo prevenidos, podem ter em resultado alterar as boas disposições e harmonia que cumpre manter entre os dois países”⁶¹.

Se a fronteira entre o Uruguai e Rio Grande do Sul tensionava as relações entre o governo imperial e Buenos Aires, uma outra questão também dificultava o entendimento diplomático de ambas as partes. A relações entre Brasil e Paraguai era um dos motivos principais que provocaram queixas de Rosas desde o início dos anos 1840.

Naquele ano de 1851 é ratificado um acordo de aliança defensiva que é noticiado por Paranhos em fevereiro:

Já está ratificado um tratado de aliança defensiva entre o Brasil e a República do Paraguai. A luva está lançada; mas duvido que Rosas a apanhe. Há de ganhar tempo, se lho deixarem fazer, à espreita de ocasião mais oportuna para vexar-nos e prosseguir em sua obra de extermínio e devassidão. Tenho, porém, um pressentimento, e é que a hora do déspota não pode tardar muito. A ilusão que o sustenta não pode resistir muito tempo mesmo à ação natural dos sentimentos e necessidades da época em que vivemos. (PARANHOS, 2008, 66).

Embora veja a aproximação como o uma medida importante para a hipótese de um futuro confronto, ao mesmo tempo, Paranhos teme uma represália vinda de

⁵⁹ REZENDE, Rafael Ribeiro. **Grande Americano ou Tirano do Prata?** Juan Manuel de Rosas na imprensa brasileira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, pp. 32-41.

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 12 de janeiro de 1851.

⁶¹ *Idem*.

Rosas. Essa aproximação é mais um empecilho no projeto de Rosas em restaurar as fronteiras do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata sob seu comando, já que o território paraguaio também o integrava no passado. O tratado segue uma tendência de aproximação entre o país presidido por Carlos Antonio López e o governo brasileiro desde que esse assumiu a presidência em 1844.

A situação do Paraguai é uma peça importante para compreender esse momento pré-conflito. Após a conquista de sua independência da Espanha, em maio de 1811, além de se desmembrar do antigo vice-reinado, assume como governante o Dr. José Gaspar García Rodríguez de Francia, que ficaria a frente do país até sua morte em 1840. Francia temia iniciativas expansionistas por parte do Brasil e da Argentina. Segundo o historiador John Lynch, o presidente ampliou o isolamento imposto pela natureza e manteve o Paraguai em um isolamento quase total, fechado ao exterior, em uma postura permanente de defesa⁶². Embora seu receio fosse em relação as duas principais potências da região, sua política era uma reação direta a Buenos Aires, que desde o princípio, não reconheceria a independência paraguaia. Lynch relata que Buenos Aires tomou diversas medidas direta e indiretamente para estrangular a economia guarani, desde bloquear o tráfego fluvial ao negar a navegação do rio Paraná a saques, confiscos e taxações realizados por caudilhos rio abaixo⁶³.

Como seu sucessor, Carlos López afastou-se da política de Francia ao romper o isolamento. Para isso López adotou uma nova estratégia: conseguir uma aproximação com o Império com a finalidade que fosse reconhecida sua independência, de modo a neutralizar a ofensiva de Rosas. Paulino, a frente do então Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao se comunicar com Pimenta Bueno – enviado para uma missão especial no Paraguai – entende a aproximação como uma maneira de evitar o aumento da influência e poder de Rosas na região:

a sua realização (de reunir à Confederação Argentina todas as Províncias que formavam o antigo Vice-Reinado de Buenos Aires) seria certamente muito fatal ao Império, ao qual não convém de modo algum que um vizinho, cheio de ambição, astúcia, audácia, e perseverança se torne tão poderoso. A reunião do Paraguai e de Bolívia à Confederação Argentina viria

⁶² LYNCH, John. **As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai**. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: da independência a 1870. Volume III. São Paulo: EDUSP, 2014. P.681.

⁶³ Idem.

dificultar ainda mais uma solução vantajosa das nossas complicadas questões de limites, e de todas as nossas reclamações, e bem assim a nossa navegação pelo Paraguai e Paraná e saída pelo Rio da Prata. (RIBEIRO apud SILVA, 2014, 12)

O reconhecimento da independência paraguaia era o primeiro passo e indispensável para López para continuar as relações bilaterais e, de certo modo, satisfazia o desejo dos dois governos de barrar a expansão de Buenos Aires⁶⁴. Sabendo disso, em 1844 o governo brasileiro reconhece oficialmente a independência do governo guarani, tornando esse ato um marco das hostilidades de Rosas ao Brasil. Essa medida, embora vista como benéfica por Paulino, não foi unânime dentro do legislativo e gerou diversos debates no Senado. Mesmo quase uma década depois e no auge da tensão daquele momento em que Paranhos cobria as movimentações do Prata, os senadores invocavam a questão do reconhecimento da independência paraguaia. Em maio de 1851, o senador Araújo Ribeiro proferiu o seguinte discurso:

Mencionarei em terceiro lugar o agravo relativo ao reconhecimento pelo Brasil da independência do Paraguai. Sr. presidente, quando se trata de reconhecer a independência de uma província ou porção qualquer de uma nação que se separa de sua metrópole, as outras nações podem reconhecer o novo estado quando bem lhes parecer; e têm esse direito por isso que todos os povos do mundo, especialmente os povos cristãos estão tão relacionados entre si pelo comércio que o não reconhecimento tende a prejudicar mais ou menos os seus interesses. Por consequência, todo o governo tem direito de reconhecer, quando lhe convier, qualquer estado novo. Todavia o costume das nações civilizadas tem estabelecido que enquanto a metrópole contesta com as armas na mão a independência daquela parte do país que se separa, não deve ter lugar o reconhecimento por delicadeza e consideração para com a mesma metrópole. Desde, porém que esta desiste da luta e abandona as armas, todo o governo tem direito e direito perfeito de reconhecer a independência da província separada. Não foi isto o que sucedeu a respeito do Paraguai? Quantos anos não esteve essa província independente sem que a sua separação fosse efetivamente contestada pelo governo de Buenos Aires e sem que o Brasil a reconhecesse? Seria pois o reconhecimento do Paraguai por parte do Brasil um motivo para provocar reclamações contra o governo imperial? (AS, 1851, 265).

⁶⁴ SILVA, Pedro Henrique V. C. da. **O Conselho de Estado e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai: formação de tendências de política externa no Brasil Império**. Boletim Meridiano, Brasília, vol. 15, n. 143, mai-jun. 2014. P. 11-18.

Assim como Paranhos, o senador Araújo Ribeiro tem um parecer favorável a subir o tom contra as hostilidades de Rosas, chegando, mais adiante, a discursar sobre a questão de armamentos. Mas o mais interessante na fala do senador é perceber a argumentação da diplomacia de Buenos Aires e o que queria Carlos López com o reconhecimento da independência por parte do Brasil. Por um lado, argumentava-se, sempre por meio do agente especial, o general Guido, que o governo brasileiro não tinha o direito de interferir na questão, afinal, havia um estado beligerante e que por direito o território paraguaio deveria integrar o projeto de Rosas na restauração do vice-reinado. Por outro, López entendia, ao contrário de seu antecessor, que a aproximação de outras nações, sejam as vizinhas latino-americanas ou mesmo europeias, poderiam frear o assédio vindo de Buenos Aires e legitimar seu governo e a independência.

Com essa movimentação estratégica, ainda que assumindo riscos de aumento das hostilidades vindas por parte de Buenos Aires, pode-se interpretar como uma recolocação do governo imperial na questão platina. Ainda que a situação política no Uruguai fosse extremamente estável, estava em posse do poder político Manuel Oribe, com quem Rosas contava com assíduo apoio. A aproximação relatada por Paranhos, embora não indique ampla cooperação em um primeiro momento, mas sim um acordo bilateral de cunho defensivo, poderia ter como efeito impor a Rosas mais cautela em suas ações e atrasar a possibilidade de um ataque. Cabe agora, por meio da cobertura de Paranhos, compreender como o Brasil deixa o estado defensivo e passa a costurar uma política de alianças com rivais em comum de Rosas com intuito de montar um plano ofensivo para prevenir de ser atacado primeiro.

3.3 Em busca de alianças

Anteriormente centramos os esforços em compreender as intenções de Buenos Aires em recuperar o território do Vice-Reino do Rio da Prata e como seus agentes diplomáticos, parte da opinião pública e intelectuais tentaram elaborar uma narrativa que justificasse o direito de ter posse daquele território, a partir da invocação dos tratados de limites feitos entre Portugal e Espanha. Nesse momento cabe expor as fragilidades da própria Confederação Argentina, com intuito de inferir os problemas que permeavam essa federação de Estados independentes, celebrada por um tratado de 1831.

Na décima segunda *Carta*, é transmitida ao leitor a notícia de que Rosas e Urquiza, governador de Entre Rios, se encontravam em um estado de desinteligência. Segundo informações reunidas por Paranhos, os governantes de Corrientes e Entre Rios, Virasoro e Urquiza respectivamente, passaram a exigir o cumprimento do tratado de 4 de janeiro de 1831 – tratado esse que deu origem a reunião dessas províncias em uma confederação – sobretudo no tocante aos artigos 15 e 16. Paranhos em seguida faz a transcrição dos artigos do tratado, cabe citá-los:

Art. 15. Enquanto durar o presente estado de coisas, e se não restabelecer a paz pública em todas as províncias da república, residirá na capital de Santa-Fé uma comissão, composta de um deputado por cada uma das três províncias do litoral, cuja denominação será *Comissão Representativa dos Governos das províncias litorais da República Argentina*, cujos deputados poderão ser removidos a arbítrio de seus respectivos governos quando assim o julgarem conveniente, nomeando imediatamente outros que os substituam.

Art. 16. As atribuições desta comissão serão:

- 1.a. Celebrar tratados de paz em nome das três mencionadas províncias, segundo as instruções que cada um dos deputados tenha de seu respectivo governo, devendo esses tratados ser submetidos à ratificação de cada uma das três províncias.
- 2.a Fazer declaração de guerra contra qualquer outro poder em nome das três províncias litorais, toda a vez que estas estejam de acordo em que se faça tal declaração.
- 3.a Ordenar que se levante o exército em caso de guerra ofensiva e defensiva, e nomear o general que deva comandá-lo.
- 4.a Determinar o contingente de tropas com que cada uma das províncias aliadas deva contribuir na conformidade do art. 13.
- 5.a Convidar todas as outras províncias da República quando se acharem em plena liberdade e tranquilidade, para reunirem-se em federação com as três litorais, e para que por meio de um Congresso Geral Federativo se regule a administração do país sob sistema federal, seu comércio interior e exterior, sua navegação, a cobrança e distribuição das rendas gerais, e o pagamento da dívida da República, atendendo do melhor modo possível à segurança e engrandecimento geral da República, seu crédito interior e exterior, e a soberania, liberdade e independência de cada uma das províncias. (PARANHOS, 2008, 91).

Os artigos transcritos nas páginas do *Jornal do Commercio*, do pacto celebrado entre Buenos Aires e as províncias citadas, posteriormente teve adesão de outras províncias como Santa Fé e era base do pacto federativo que mediava as relações entre as partes da Confederação Argentina. Segundo apuração feita por Paranhos, o desentendimento teria sido causado por Buenos Aires sob Rosas ter ludibriado as

demais províncias e pela reprovação de como Buenos Aires estaria conduzindo, despoticamente, a política externa e interna, sem consultar as devidas partes integrantes do pacto e tampouco as diretrizes dessas políticas estariam agradando Urquiza e Virasoro.

Contudo, a questão é mais profunda e motivo de descontentamento já vinha se prolongando desde os anos 1830 quando o tratado foi ratificado, Corrientes e Buenos Aires na época já tinham antagonizado os debates que culminaram com o acordo. Conforme Chiaramonte, a época de um lado Buenos Aires era o mais firme sustentáculo de uma tendência centralista e Corrientes representava a mais firme defensora de sua autonomia estatal, ainda que houvesse se colocado em favor de uma organização nacional⁶⁵.

Buenos Aires amparada na superioridade e solidez de seus recursos não estava interessada a discutir e rever sua centralidade dentro da federação que estava para se formar. Ao passo que Corrientes rechaçava o câmbio livre e a posição privilegiada que a Grã-Bretanha obteve a partir de tal medida – solidificada no Tratado de amizade, comércio e navegação de 1825 – e reivindicava por medidas protecionistas, fomento as produções locais e uma organização constitucional⁶⁶.

⁶⁵ CHIARAMONTE, op. cit., p. 239.

⁶⁶ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da publicação das *Cartas ao Amigo Ausente* na última semana de dezembro de 1851 poderia marcar o fim de uma carreira no jornalismo. Não houve despedida, encerramento, balanço do trabalho e tampouco qualquer celebração mais pulsante com a queda de Oribe no Uruguai e de Rosas na Confederação Argentina. Mas o invés do fim, os escritos se tornaram um meio propulsor para dar a Paranhos a almejada carreira pública. É como se o caminho interrompido com a perda do cargo de deputado no Rio de Janeiro tivesse sido retomado. É a partir do reconhecimento das *Cartas* que Paranhos é convidado a integrar uma missão diplomática no Uruguai por Honório Hermeto Carneiro Leão. Embora importante, não é surpreendente. A convocação se dá após quase um ano de cobertura intensa sobre as movimentações da região platina, que o faz o grande especialista sobre o tema, em um momento em que políticos mais experientes duvidavam da gravidade do conflito que estava por vir. Daí em diante a carreira política entra em uma crescente que só se interrompe quando chega no cargo de maior relevância dentro do governo central e pelo falecimento pouco tempo depois de deixar o cargo.

Depois de muito tempo sem atuar na região de maneira mais atenciosa, desde a perda da Cisplatina no Primeiro Reinado, a intervenção contra Rosas e Oribe abre o caminho para uma série de intervenções na região. Entendendo que a questão de limites e fronteiras eram tão cruciais quanto solucionar as questões internas, como o fim do tráfico de escravos, o Império busca nas décadas seguintes fazer valer seus interesses na região. As atenções da diplomacia brasileira terão que dividir suas ações entre a Europa – sobretudo Inglaterra, Portugal e França – e os países platinos.

A partir da trajetória do jovem Paranhos, de um personagem singular e de sua atuação, esperamos ter conseguido cumprir a tarefa de melhor compreender a cultura, a sociedade, a política e as relações entre os Estados nacionais em formação no Rio da Prata. Tentamos contribuir para os estudos sobre o Brasil do século XIX em seu âmbito externo, nas suas relações com os países limítrofes. Paranhos não foi um dos poucos especialistas sobre o assunto, ainda há uma lacuna na historiografia que está sendo preenchida sobre o tema. Quando se trata das relações entre os Estados platinos, dificilmente as pesquisas não se debruçam na Guerra do Paraguai.

Ainda que fosse o objetivo de segunda ordem, ressaltamos a importância da imprensa no período. Primeiramente como espaço de ascensão política e social, um lugar para quem já possuía cargos públicos e queria ser ouvido ou uma porta de entrada para aqueles sujeitos que não vinham de famílias tradicionais, mas que objetivavam ascender na política. Em segundo lugar, vimos como a imprensa foi fundamental para fomentar narrativas políticas que nasceram de operações políticas e ideológicas, como o caso do periódico uruguaio Defensor.

FONTES

Anais do Senado (1850/1851)

Defensor de la Independencia Americana

Falas do Trono

Jornal do Commercio (RJ)

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

ASSIS, Machado. **O Velho Senado**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

BESOUCHET, Lidia. **José Maria da Silva Paranhos**: Visconde do Rio Branco: ensaio histórico-biográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Minas Gerais: Editora UFMG; Humanitas.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados**: origens da nação argentina (1800-1846). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo, Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume 1**: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, ANTONIO. **O Ressurgimento e a Unificação da Itália**; introdução de Carmine Donzelli; tradução Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. J. **A Era do Capital 1848-1875**. 30ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2011.

LYNCH, John. **As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai**. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: da independência a 1870. Volume III. São Paulo: EDUSP, 2014.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Moderna, 1997.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.** São Paulo: Editora Hucitec, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Annablumme, 2008.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828.** São Paulo: Hucitec, 2006.

PRIORE, Mary. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história.** Topoi, v. 10, n.19, jul-dez 2009.

RICUPERO, Rubens. **A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016).** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SILVA, Rogério, Forastieri da. **Colônia e Nativismo: a história como biografia da nação.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. **História Militar do Brasil.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

TAUNAY, V. **O Visconde do Rio Branco: Glória do Brasil e da Humanidade.** São Paulo: Melhoramentos, 1930.

VIEIRA, Hermes. **A Vida e a Época do Visconde do Rio Branco.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991

ARTIGOS

GUERRA, François Xavier. **A Nação na América Espanhola:** a questão das origens. Revista Maracanan, São Paulo, volume 1, número 1, p. 9-30, 1999.

NEEDELL, Jeffrey D. **Formação dos Partidos Político no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857.** Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, p. 5-22, nov. 2009

MAGNOLI, Demétrio “**O Estado em busca do seu Território**”, *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 21 fevereiro 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/343> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.343>. Acesso em janeiro de 2022.

MOREL, Marco. **Sociabilidades entre Luzes e Sombras:** apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. Estudos Históricor, Rio de Janeiro, nº 28, 2001, p. 3-22.

SILVA, Pedro Henrique V. C. da. **O Conselho de Estado e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai:** formação de tendências de política externa no Brasil Império. Boletim Meridiano, Brasília, vol. 15, n. 143, mai-jun. 2014. P. 11-18.

TESES E DISSERTAÇÕES

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No Limiar dos Impérios:** projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 282. 2013.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império:** Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 211. 2013

FILHO, João Carlos Escoteguy. **Tráfico de Escravos e Direção Saquarema no Senado do Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, pp. 188, 2010.

FONTANA, Laura Roberta. **José Maria da Silva Paranhos: reflexões sobre o Estado imperial**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, pp. 105, 2013.

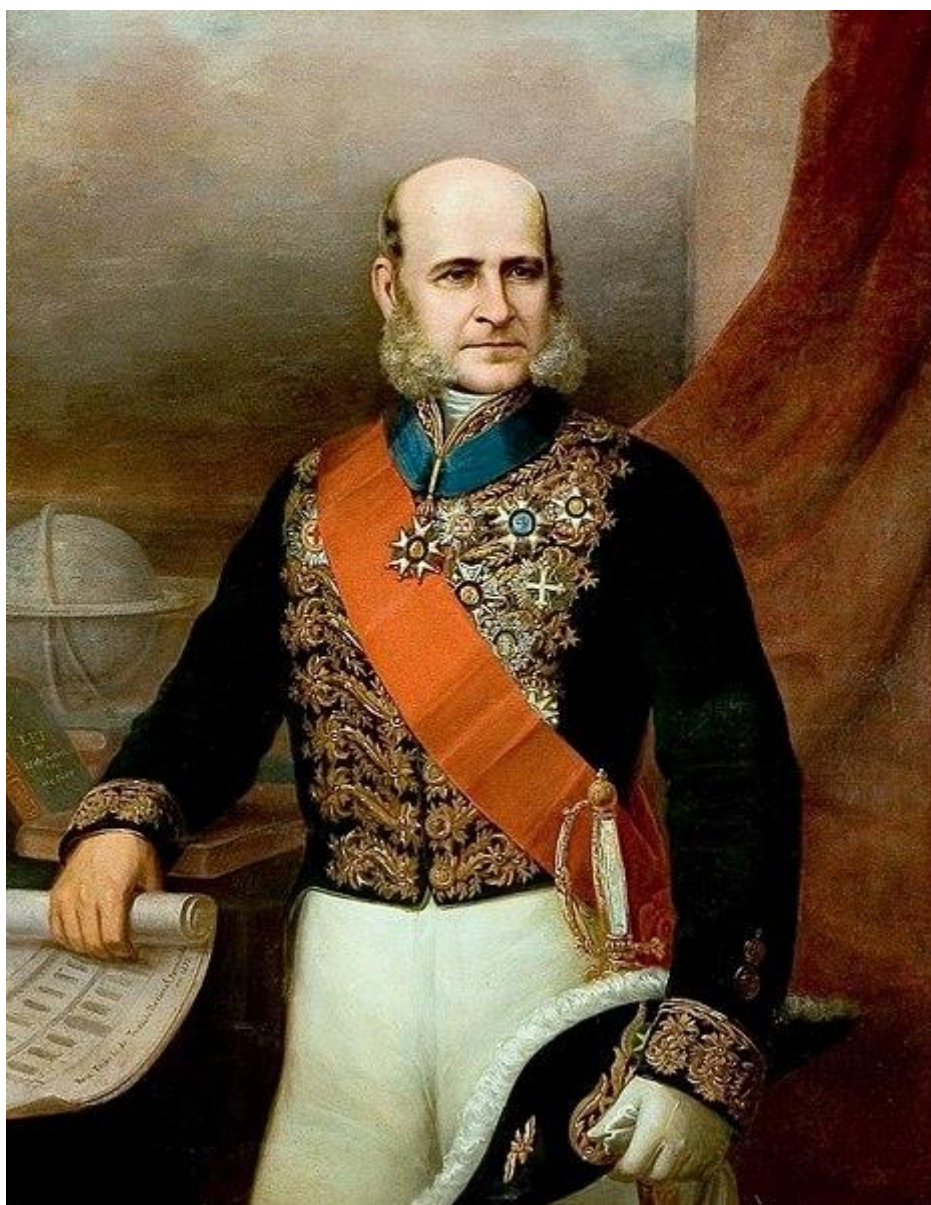
GANDIA, Leonardo. **A Política ao Fio da Espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, pp 98-106, 2015.

NETO, Lael Ferreira. **A Doutrina do Uti Possidetis na Tradição Ibérica: a política externa expansionista do Marquês de Pombal**. Orientador: Prof. Fr. Luiz Daniel Jatobá França. 2019. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22413/1/2019_LaelFerreiraNeto_tcc.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

REZENDE, Rafhael Ribeiro. **Grande Americano ou Tirano do Prata? Juan Manuel de Rosas na imprensa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, pp. 32-41.

YOUSSEF, Alain E. **Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paul. São Paulo, p. 300.

Anexos



67

⁶⁷ José Maria da Silva Paranhos em 1875 por Antônio de Sousa Lobo.

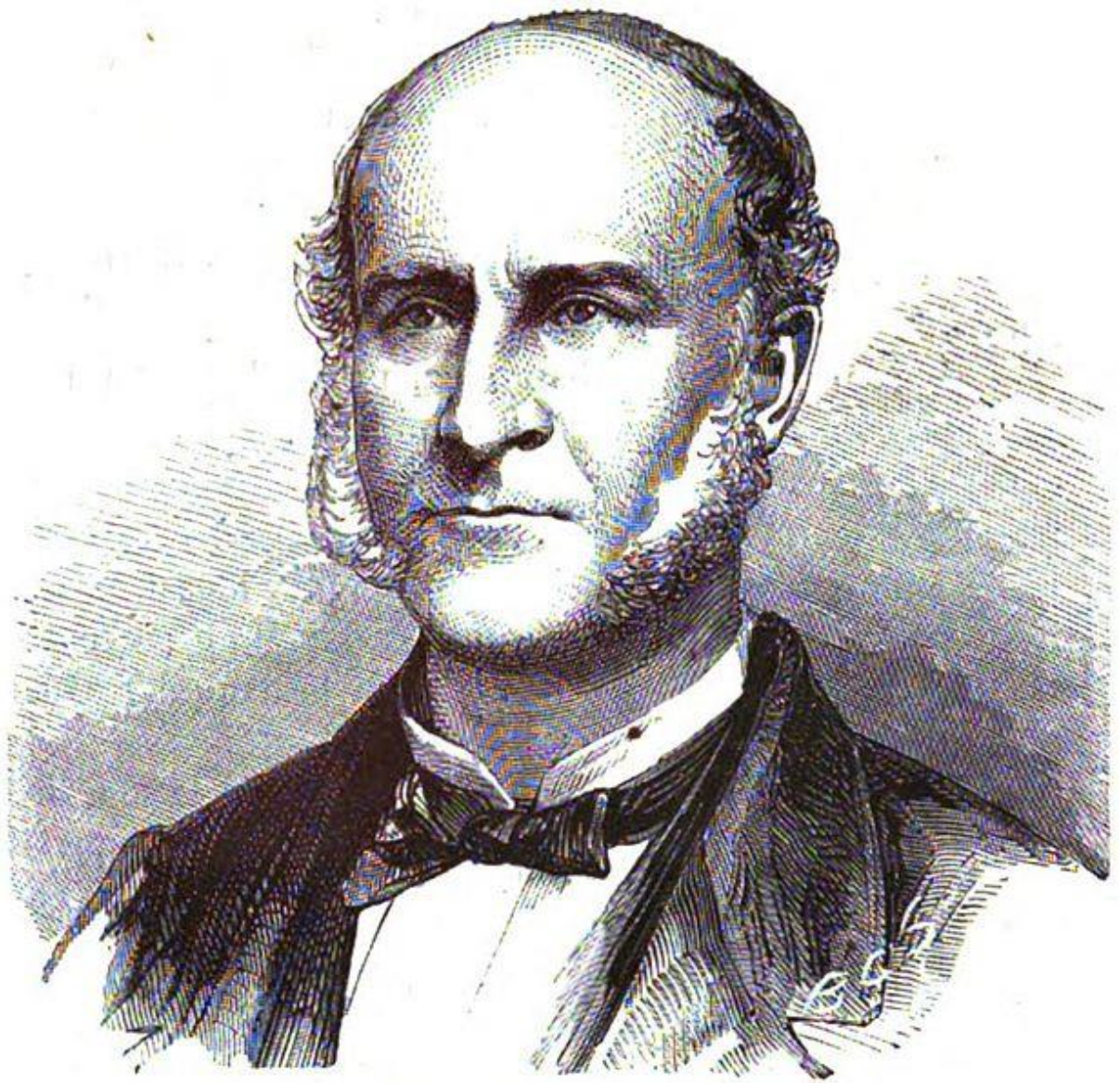


⁶⁸ Dom Pedro II e o gabinete da Conciliação em 1853. Paranhos é retratado na parte inferior à direita.



69

⁶⁹ Na imagem pode-se ver o Conde d'Eu com a mão na cintura e à sua esquerda, Paranhos, futuro visconde do Rio Branco e, entre ambos, o visconde de Taunay, cercados por oficiais brasileiros na Guerra do Paraguai.



70

⁷⁰ "Homme d'état brésilien". L'illustration, Tome XLVI, Paris, 1865.

FOR UM ANNO.....	20700
FOR NOVE MEZES...	15700
FOR SEIS MEZES...	10700
FOR TRES MEZES...	5700

POR UM ANNO.....	217 000
POR NOVE MEZES...	160 000
POR SEIS MEZES...	117 000
POR TRES MEZES...	60 000

O JORNAL DO COMMERIO é propriedade de
JESUS VILHENSE, cidadão brasileiro.
Subscryva-se no: do Ovidio n. 28. A assignatura
deve ser em q'quella da qual se asscra sempre em di-
muito, de junho a setembro, ou de dezembro. Não se
retribuem assignatu as p' os ramos de tres mezes.

ULTIMAS NOTAS.— INTERIOR.

Albia	24 de dez.	Pernambuco, ..	24 de dez.
Para	24 de dez	P- do: Asger, ..	17 de dez.
Aracaju	24 de dez	Rio Gr. do Sul ..	20 de dez.

ULTIMAS DATAS. — EXTENSION.	
Atlanta.....	10 de n. v.
Baltimore.....	23 de nov.
Buenos-Ayres.....	19 de d. v.
California.....	16 de oct.
Hamburg.....	5 de nov.
Harve.....	20 de nov.
Lisboa.....	19 de nov.
London.....	11 de nov.
Madrid.....	13 de d. v.
New Orleans.....	19 de nov.
New York.....	23 de nov.
París.....	11 de nov.
Paris.....	21 de nov.
Trieste.....	19 de nov.
Valencia.....	23 de oct.

EPHEMÉRI-18.

ora 5 h, a 1 hora e 34 minutos da manhã.
recente a 10, às 7 horas e 50 minutos da manhã.
brisa a 17, às 7 horas e 35 minutos da tarde.
linguante a 21, às 5 horas e 21 minutos da manhã

6 DE JANEIRO.

partimento do dia, 6 hor. e 54 min.—Orao, 6 hor. e 18 m.

TEMPERATURA DO BOSTON DE MAR, AO MEIO DIA E A TARDIA

termometro de Fahrenheit	77	81	63	
"	Réaumur.	20	22	15 1/2

COMPANHIA PUBLICA.		
Nomes das Comp.	Valor nom.	Unidades vendidas.
Paquetes de vapor...	200 00	1 de out. ^a 210 000 00
Niteroi...	200 00	30 de jan. 100 00 00
Inhomirim...	200 00	7 de set. 210 000 00
Omituz...	100 00	24 de jul. 110 000 00
Monte de roçeiros...	100 00	30 de nov. 110 000 00
Baixa Commercial...	50 00	30 de set. 70 000 00
Godolph...	50 00	30 de nov. 100 000 00

RENTAS E FUNDOS PÚBLICOS		
ações	Orcão Impenháveis.....	20.000 e 2.000
"	" de patrilas.....	20.000 e 2.000
"	Pagos de imposto, etc.....	10.000
"	Moradia de a. p. o.....	20.000
"	Pagos Impenháveis.....	10.000
"	" de patrilas.....	10.000
"	Patrilas.....	10.000
políticas	de a. p. o remiss.....	00
"	provinciais.....	

CAMBIO DO DIA 4 DE JANEIRO.	
London.....	30 1/2 a 31 d' ouro estier, por 100
Paris.....	20 7/8, por franco.
Lisboa.....	44 1/2 por res. de premio.
Hamburgo.....	265 rs. por mil-reis banco.
FRUTAS.	
Antwerp.....	22 1/2
Genoa.....	25
Edimburgo.....	24 1/2
Hamburgo.....	25 1/2
Liver.....	20 fr.
Liverpool.....	2 1/2
.....	4 1/2
Warrington.....	6 1/2
.....	6 1/2
.....	6 1/2

SITUAÇÃO DO RIO DA PRATA
Montevideo, 25 de dezembro de 18

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

COMMUNICADO.

AO AMIGO AUSENTE.

TERCEIRA CARTA.

Côrte, 5 de janeiro de 1851.

Cheguei ao anno de 1851, e tenha Deos querido que outro tanto lhe acontecesse, além de todos os outros motivos, porque não quero relações, nem para o reino de Plutão, nem para os Campos Elysios. Foi-se o execravel 1850, e não sei eu quem lhe ha de fazer a necrologia; que a faça algum herdeiro prodigo, a quem a febre amarella protegesse; eu contento-me com pôr-lhe este epitaphio, que foi escripto para o de 1849:

*No teu manto enanguentado
Some-te, ó anno sem par;
Que atraz de ti espantado
Cá fica o mundo a chorar.*

A semana que findou hontem foi das mais este-reis; mas, ao despedir-se, sempre deu-nos alguma cousa com que o vou enreter. O *Jornal do Commercio* publicou duas peças importantissimas, que trouxeram logo a discussão os negocios do Rio da Prata, materia velha e já adiada em todos os *cafés causants*: são duas notas, uma do ex-representante de Rosas nesta côrte, e outra do ministro Arana, porta-voz e amantense do despota; foram ambas extrahidas das folhas de Buenos-Ayres; a primeira diz datada desta côrte em 23 de setembro, pouco antes da partida da legação argentina; a segunda é um mez mais atrazada. Só uma sede insaciavel de escandalo, e a impostura de que Rosas tem feito o principal agente de sua politica exterior, poderão autorisar a publicação daquelles documentos, sejam ou não verdadeiros quanto á época e lugar.

Se eu não soubesse do ciame que o general Guido, o unico restante dos patriarchas da independencia da sua patria, causa ao feroz dictador, teria como a mais refinada hypocrisia o tom sério e grave da primeira nota, a unção de que o ex-ministro nella se mostra possuido. Só o desejo de humilhar a um rival, e um inveterado habito de exaltação e exaltação recomen-salharão a Rosas que obrigasse o ex-representante de seu governo a escrever em vida, para ser publi-

72

⁷² Exemplar de uma Carta ao Amigo Ausente que está inserida no *Jornal do Commercio*, geralmente na primeira página.